

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC: Contribuindo
para o acesso dos alunos de escola pública ao ensino superior**

JACQUELINE MARIA BASTOS

FLORIANÓPOLIS/SC

2010/2

JACQUELINE MARIA BASTOS

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC: Contribuindo
para o acesso dos alunos de escola pública ao ensino superior**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Keli Regina Dal Prá.

FLORIANÓPOLIS/SC

2010/1

JACQUELINE MARIA BASTOS

**O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC: Contribuindo
para o acesso dos alunos de escola pública ao ensino superior**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Keli Regina Dal Prá
Depto. Serviço Social UFSC - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Helenara Silveira Fagundes
Depto. Serviço Social UFSC - 1^a Examinadora

Corina Martins Espíndola
Assistente Social da UFSC - 2^a Examinadora

Florianópolis, 07 de dezembro de 2010.

É muito difícil alcançar nossos objetivos sem contar com o apoio de pessoas especiais que vibrem com nossa vitória e almejem nosso sucesso. Aos meus pais que sempre foram fonte de inspiração na minha caminhada e motivo de orgulho em minha vida, sendo meus maiores educadores. Aos meus amigos, a minha família e a todas as pessoas especiais que tanto amo, dedico esse trabalho, fruto da dedicação de uma pessoa e da compreensão de muitas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é difícil, quando não se consegue medir ou avaliar um incentivo recebido, um esclarecimento, um apoio, um voto de confiança ou até mesmo o menor gesto de carinho quando tudo parece escuro.

Agradeço a Deus, a quem tanto confio e acredito, pelo dom da vida e pela oportunidade de crescimento.

Aos meus pais Bento e Maria do Carmo pelo amor que sempre me deram sem cobrar nada em troca, pela dedicação e por me ajudarem a superar momentos difíceis na luta pela conquista de meus objetivos, dedico este trabalho juntamente com meu amor e carinho.

Aos meus irmãos Reginaldo e Simone, que foram em vários momentos minha força através de suas ajudas preciosas, e até mesmo quando apenas me incomodavam por qualquer motivo, suficiente para saber que estavam sempre ali.

A minha professora orientadora Keli Regina Dal Prá, que com sua dedicação, seus conhecimentos, pela atenção e valiosa orientação, sempre segura para que me levasse ao término deste trabalho.

Aos meus amigos verdadeiros, que souberam me ouvir, aconselhar e que através de uma palavra de incentivo me mantiveram motivada e que de alguma forma, mesmo que involuntariamente, contribuíram para a realização deste projeto.

As minha supervisora de campo Corina Martins Espíndola, sem a qual a realização do meu estágio não seria possível, agradeço imensamente sua dedicação, seu incentivo, compreensão e principalmente por ser essa pessoa e essa profissional que admiro, respeito, me espelho e tenho orgulho de poder ter compartilhado essa etapa da minha vida com você.

As minhas amigas Cristina, Monique e Natali, que souberam compreender o tamanho da importância dessa etapa e estiveram presentes mesmo quando em muitos momentos me ausentei, mas sempre soube que podia contar com elas.

As novas amigas conquistadas nesses anos de curso, as companheiras de estágio, colegas de sala, e em especial as amigas Mayara, Daniela e Sandra, as quais tantas vezes recorri e tenho muito carinho.

As todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente, e que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

Muito Obrigado!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propôs analisar sobre a desigualdade e discriminação que atinge diferentes camadas da sociedade e principalmente o sistema educacional brasileiro. Para isso, tratou do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que direciona o desenvolvimento de suas ações para a promoção do acesso ao ensino superior, em especial o trabalho da Comissão de Avaliação e Acompanhamento na qual inclui como integrante um técnico de nível superior com formação em Serviço Social. O objetivo geral deste trabalho foi de identificar como as informações referentes ao acesso e a permanência nos cursos de graduação da UFSC chegam aos estudantes do ensino médio das escolas públicas de Florianópolis. Com a intencionalidade de responder a esse objetivo, inicialmente o trabalho abordou a questão do histórico das Políticas de Ações Afirmativas e sua construção no Brasil e na UFSC. Nesse contexto, caracterizou-se a referida universidade, a Comissão do PAA e no que diz respeito à preparação para o acesso aos cursos de graduação da universidade, de acordo com a Resolução Normativa nº 008/CUn/2007. Em seguida, apresentou-se o processo de legitimação da profissão de Serviço Social no Brasil e o trabalho do profissional Assistente Social inserido na Comissão, baseado nos princípios do Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Como última análise, apresentou-se os dados da pesquisa empírica qualitativa, sua descrição e interpretação com embasamento teórico, apresentados na forma de gráficos e tabelas.

Palavras-Chaves: Ações Afirmativas, Serviço Social, Programa de Ações Afirmativas, Acesso Ensino Superior; UFSC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de isenções do vestibular da UFSC	66
Tabela 2 - Total de isentos do vestibular da UFSC.....	66
Tabela 3 - Total de candidatos isentos classificados no vestibular da UFSC optantes pelo PAA	67
Tabela 4 - Cursos de ensino superior indicados pelos estudantes de escolas públicas pesquisados	71
Tabela 5 - Cursos de ensino superior optados pelos estudantes de escolas públicas pesquisados	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Total de candidatos inscritos no Vestibular da UFSC optantes pelas vagas destinadas aos egressos de instituição de ensino público	68
Gráfico 2 - Total de estudantes que já escolheram a instituição de ensino superior para realizar vestibular	69
Gráfico 3 - Total de universidades públicas de Florianópolis que os estudantes pesquisados tem conhecimento	70
Gráfico 4 - Total de estudantes que já prestaram vestibular	72
Gráfico 5 - Total de estudantes que pretendem participar de curso pré-vestibular	73
Gráfico 6 - Segmento de instituição mantedora de curso pré-vestibular escolhida pelos participantes	74
Gráfico 7 - Total de estudantes que conhecem o Pré-Vestibular da UFSC	75
Gráfico 8 - Fonte de informação pela qual os participantes conheceram o PAA da UFSC	77
Gráfico 9 - Total de estudantes que tem conhecimento sobre a isenção da taxa de inscrição do vestibular	79
Gráfico 10 - Total de estudantes que realizariam o vestibular optando pelo sistema de cotas	81
Gráfico 11 - Análise das dificuldades e barreiras encontradas pelos pesquisados para realização do vestibular	82
Gráfico 12 - Quais programas de assistência os estudantes pesquisados julgam necessários para sua permanência na UFSC	83
Gráfico 13 - Total de estudantes que contatou/amizade com ingressantes pelo PAA	85

LISTA DE SIGLAS

APUFSC - Associação dos Professores da UFSC
BU - Biblioteca Universitária
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCE - Centro de Comunicação e Expressão
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CDS - Centro de Desportos
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
CED - Centro de Ciências da Educação
CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social / Conselho Regional de Serviço Social
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
COPERVE - Comissão Permanente de Vestibular da UFSC
CoSS - Coordenadoria de Serviço Social
CSE - Centro Sócio-Econômico
CTC - Centro Tecnológico
CUn – Conselho Universitário
DPA - Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
GTEGC - Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
HU – Hospital Universitário
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
NEN - Núcleo de Estudos Negros
NPD - Núcleo de Processamento de Dados da UFSC
PAA – Programa de Ações Afirmativas
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RU – Restaurante Universitário
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	12
1.1 Elementos iniciais para pensar a desigualdade na educação brasileira	12
1.2 Histórico da política de ações afirmativas	15
1.3 A construção das ações afirmativas no Brasil	19
1.4 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Contextualização	24
1.5 O processo de criação e implantação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na UFSC	27
1.6 Comissão de acompanhamento e avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC	30
1.7 A preparação para o acesso aos cursos de graduação da universidade	32
1.7.1 A divulgação nas escolas públicas	33
1.7.2 O Pré Vestibular da UFSC	34
1.7.3 O acesso aos cursos de graduação da Universidade	36
1.7.4 Ingresso aos candidatos oriundos de escola pública	37
1.7.5 Ingresso dos candidatos pertencentes ao grupo racial negro	38
1.7.6 Ingresso dos candidatos pertencentes aos povos indígenas	38
1.8 O acompanhamento e permanência ao aluno ingresso na Universidade	39
1.8.1 O projeto de apoio pedagógico da UFSC	40
1.8.2 Os programas de permanência e a assistência estudantil da UFSC	41
2. A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	45
2.1 O Profissional de Serviço Social na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC	55
2.1.1 Acolhimento, Informação e Orientação ao estudante ingresso pelo PAA	58
3. O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO PAA NESTE PROCESSO	61
3.1 Algumas indicações sobre a pesquisa: com o foco nos estudantes do ensino médio das escolas pública de Florianópolis	61
3.2 A preparação para o ingresso no vestibular	68
3.3 O Programa de Ações Afirmativas	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	94
APÊNDICE I – Questionário de Entrevista	95
ANEXOS	99
ANEXO 01 - Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo elencar argumentos referentes à recente discussão sobre as Políticas de Ação Afirmativa e os Sistemas de Cotas no Brasil e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de também atentar para a forma que a categoria profissional do Serviço Social tem se inserido nos espaços sócio-ocupacionais onde se realizam as Políticas de Ações Afirmativas, que consiste em eliminar desigualdades que foram historicamente acumuladas, para assim, promover e garantir a igualdade de oportunidades.

De onde veio a expressão, quais os locais em que as cotas foram implantadas, as formas assumidas, os grupos beneficiados e as diferentes definições dadas são alguns dos aspectos abordados.

O trabalho da Comissão de Acompanhamento e Avaliação pautado em uma política de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e no estímulo à permanência dos ingressos na universidade despertou o interesse em trabalhar a temática da ação afirmativa, em decorrência do período de realização de estágio curricular obrigatório I e II na Comissão durante todo o ano de 2010. Desse envolvimento, surgiu a vontade de se aprofundar sobre o tema das ações afirmativas que até então, ainda não havia sido esclarecido e aprofundado.

Dessa forma, o período de estágio atendeu as expectativas almejadas no sentido de associar a teoria vista em sala de aula, com a prática vivenciada no campo de estágio, mostrando a importância da formação de profissionais cada vez mais preparados para lidar com os diversos tipos de situações que serão e estão colocados para a profissão.

A vivência encontrada no ambiente de realização do estágio proporcionou a experiência do exercício da profissão, possibilitando o contato com a realidade do campo de trabalho e buscando complementar o processo de ensino-aprendizagem através de experiências concretas, proporcionando a criação da identidade profissional alicerçada pelo projeto ético-político da profissão, e promovendo integração entre campos da prática profissional e academia.

Assim, este trabalho delimitou como **objetivo geral** de pesquisa analisar se o Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSC tem contribuído com a democratização referente ao acesso dos estudantes de escolas públicas de Florianópolis. Destacando também, a atenção dada à viabilização de informações referentes à permanência desses estudantes no ensino superior.

O **procedimento metodológico** da etapa inicial do presente trabalho é a pesquisa bibliográfica. A exploração bibliográfica foi realizada através de livros, monografias, dissertações, teses, artigos, publicações periódicas, relatórios de seminários, informações contidas na internet e documentos institucionais, permitindo ao “investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1994, p. 71).

A pesquisa de cunho qualitativo foi feita com os estudantes de ensino médio de duas escolas públicas de Florianópolis com o intuito de analisar se o PAA da UFSC tem contribuído com a democratização do acesso à universidade e a viabilização da permanência desses estudantes.

A avaliação da pesquisa foi realizada no sentido de identificar sobre a realidade da divulgação do PAA da UFSC dentro das duas escolas, no sentido de investigar inúmeras questões, necessidades, conhecimentos, informações e enfrentamentos dos pesquisados.

Nesse sentido, o trabalho está estruturado em três seções, distribuídos da seguinte forma: na primeira seção foram feitas as considerações gerais, sobre os elementos iniciais para se pensar na desigualdade existente na educação brasileira. Seguindo nessa temática, apresentou-se o histórico da política de ação afirmativa, que surgiu como uma alternativa para amenizar a situação de exclusão e a desigualdade existente na sociedade, destacando sua construção no Brasil e na UFSC. Ainda nessa seção, fez-se uma explanação sobre a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC, destacando suas principais ações.

Na segunda seção é apresentado o processo de legitimação da profissão de Serviço Social no Brasil e o perfil do profissional de Serviço Social inserido na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA com a finalidade de detalhar o trabalho realizado neste espaço institucional.

A terceira e última seção aborda a caracterização da pesquisa realizada através da aplicação dos questionários aos estudantes de ensino médio de duas escolas da rede pública de ensino de Florianópolis, onde é mostrada a importância e o porquê de trabalhar a temática da política que envolve a preparação para o acesso aos cursos de ensino superior.

Por fim, são feitas as considerações finais onde serão expostos os resultados alcançados, as recomendações para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC, para futuros trabalhos e as limitações encontradas durante o processo de realização desta.

SEÇÃO I

1. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Nessa primeira seção o leitor visualizará a questão da desigualdade no sistema educacional brasileiro, e como surge nesse contexto a necessidade de se pensar em políticas de ações afirmativas, como alternativa para minimizar o impacto causado pelas décadas de preconceito e discriminação. Será abordado também, como se deu a construção da política de ações afirmativas no Brasil, e o processo de implantação dessa política na UFSC.

1.1 Elementos iniciais para pensar a desigualdade na educação brasileira

Se a história da educação brasileira é marcada pela exclusão, ela se torna mais complexa porque a desigualdade acaba compondo-se com a discriminação cuja especificidade atingiu e continua atingindo negros, índios, migrantes, deficientes, mulheres e trabalhadores braçais. Trata-se de uma herança histórica associada a formas específicas de colonização que potencializaram/potencializam a exclusão social.

A universidade brasileira está marcada por grandes desigualdades sociais e, dependendo da classe social do estudante, não apenas o acesso, mas também a permanência no nível superior de ensino apresenta obstáculos para se concretizar – acredita-se que o mais atingido por essa situação é o estudante de origem popular. As diferenças e as desigualdades estão dispostas em várias dimensões, pois, se revelam até mesmo dentro dos próprios cursos, simplesmente porque, a universidade muitas vezes não está preparada para atender as diferenças existentes entre eles (SILVA et al, 2006).

Caracterizamos como estudante de origem popular, aquele estudante que se enquadra dentro dos seguintes critérios: ser morador de espaços populares (bairros populares, comunidades e ocupações), ter cursado boa parte da vida escolar em instituições da rede pública de ensino, bem como possuir renda familiar abaixo de três salários mínimos ao mês.

O estudante de origem popular, além de sua condição social, possui uma série de outras condições peculiares compostas por vivências que não são valorizadas na universidade (SILVA et al, 2006, p. 13).

A sociedade brasileira chega num momento de discutir com o Estado a democratização do acesso ao ensino superior e, por consequência, a condição das mulheres, dos negros, dos indígenas e dos grupos populares na universidade. A educação, que, segundo

a Constituição Federal, é um dos meios para se alcançar a cidadania e a reversão das desigualdades sociais, é um dos principais temas para discussão entre a sociedade civil e o Estado.

A educação tem sido citada de forma recorrente como indispensável tanto para avançar no desenvolvimento do país como para enfrentar a persistente desigualdade social. Essa discussão tem se concentrado nos efeitos econômicos diretos sobre a educação. Porém, [...] há a questão dos efeitos indiretos da educação. Ou seja, independentemente dos seus efeitos econômicos mais diretos, a educação traz diversas outras implicações relevantes que atuam de forma indireta e colaboram para a compreensão dos mecanismos que entravam o desenvolvimento e atuam na persistência da pobreza e da desigualdade (MADEIRA, 2006, p. 147).

Existe uma grande dificuldade em encontrar material literário sobre a temática da desigualdade educacional no ensino superior, pois, a sociedade brasileira ainda acredita que as políticas voltadas para a inserção diferenciada de estudantes no ensino superior, pretendem privilegiar o aumento da participação apenas de negros nas universidades brasileiras. Isso se torna evidente, pois, quando se fala em privilegiar a população negra ou indígena, há uma grande inquietação da sociedade. Se tratando do ensino superior e público, a resistência é maior, pois, a universidade é historicamente um espaço reservado a uma pequena parcela da população.

Não se pode desconsiderar que a desigualdade racial apresenta-se nos diversos níveis da sociedade de uma forma mais evidente do que a desigualdade social, confirmando a idéia de que a exclusão e a pobreza não são somente econômicas, mas de preconceito e discriminação racial, pois, os negros carregam o estereótipo como marca de inferioridade. (ZANDONA, 2008).

Democratizar o acesso e a permanência de jovens oriundos de camadas populares na Universidade é um caminho para se reverter o quadro antidemocrático, mas há de se considerar também que as questões de gênero e etnia tornam ainda mais delicada a discussão em torno das desigualdades no ensino superior. O sistema de cotas que várias universidades brasileiras vem adotando nos últimos anos é uma tentativa de amenizar as desigualdades gritantes que permeiam o ensino superior brasileiro. No entanto, a adoção de ações afirmativas apenas no ensino superior não abrange a complexidade do assunto, se os ensinos fundamental e médio (públicos) não forem melhorados, o acesso à universidade ficará eternamente sob a sombra das diferenças sócio-econômicas atuais (SILVA et al, 2006, p.23-24).

Se o sistema de ensino superior brasileiro é aberto a poucos, isso se acentua drasticamente no caso dos alunos negros. No Brasil, o ensino superior tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão das desigualdades raciais no acesso às suas instituições e na permanência nelas (MOEHLECKE, 2004). Algumas ações vêm sendo

experimentadas, como os cursinhos pré-vestibulares comunitários para alunos negros e carentes, financiados pelo Ministério da Educação ou por universidades; a oferta de bolsas de estudo; a isenção das taxas de inscrição para o vestibular; e, inclusive, as chamadas políticas de cotas raciais ou sociais que, apesar das controvérsias, já são utilizadas por diversas universidades públicas do país.

Existem muitas razões pelas quais a inclusão social no ensino superior é considerada como importante, pois, traz diversos benefícios para as pessoas, e não é justo que estes benefícios fiquem restritos a determinados grupos sociais, que tiveram mais oportunidade de ir a boas escolas secundárias e se preparar para os exames vestibulares. É importante, para as instituições de nível superior e para o país, ampliar a presença de pessoas de diferentes origens e condições sociais nas universidades, tornando-as mais plurais e diferenciadas, social e culturalmente (SCHWARTZMAN, 2008, p. 23).

O direito de todos à educação, independentemente de origens étnicas, sociais e religiosas, deve ser o princípio básico de qualquer debate sobre inclusão social na universidade. Acredita-se que existem duas maneiras de pensar a questão da inclusão no ensino superior. A primeira - que predomina na discussão brasileira - é pela ampliação do acesso, e a segunda é através de uma política mais diversificada de admissão de estudantes, que pode em princípio ser alterada mesmo quando o tamanho do sistema de educação superior permanece inalterado, ou se altera pouco (SCHWARTZMAN, 2008).

Pensar as desigualdades sociais a partir dos reflexos que ela incide na educação é, sem dúvida, avançar no que diz respeito à busca de melhores condições de vida da população. A Constituição Federal Brasileira de 1988 prima pelo princípio democrático de igualdade de oportunidade entre os indivíduos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mas como falar em igualdade de oportunidade em um país cujas desigualdades são gritantes?

Vivemos em um país de injustiças seculares em que a desigualdade figura como algo permanente e natural e a pobreza parece resistir aos discursos e às políticas que pretendem erradicá-la. Não é mais possível desconhecer ou ignorar essa realidade. A população vive segregada em classes de renda cada vez mais díspares, configurando taxas de desigualdade incompatíveis com sociedades democráticas e com as melhores tradições republicanas. O acesso ao ensino superior é uma das expressões mais claras da nossa desigualdade social. Famílias de baixa renda têm enormes dificuldades de acesso à educação superior e apenas algumas, em número muito reduzido, conseguem que seus filhos cheguem à condição de disputar uma vaga para o ensino superior¹.

¹ Frase citada pelo Reitor da UFMG Ronaldo Tadêu Pena (Gestão 2006 - 2010). Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial>>. Acesso em: 26 de outubro de 2010.

Nesse cenário de desigualdades e discriminação, e para compensar as décadas de exclusão, emergem as políticas inclusivas compensatórias - o que chama-se de ações afirmativas - que visam então, corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso, se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade. Além disso, compreendida a melhor escolaridade, elas atendem à dimensão de uma inserção profissional mais qualificada e com isso ancoram em uma base maior de inteligência o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

No item a seguir, aborda-se a política de ações afirmativas em sua totalidade, resgatando seu histórico de implantação no Brasil e na UFSC.

1.2 Histórico da política de ações afirmativas

As considerações históricas abordadas anteriormente têm o escopo de situar o leitor no tempo e no espaço, ainda que de forma sucinta, a respeito da discussão das Ações Afirmativas e levantar algumas questões que são imprescindíveis no estudo a que nos propusemos a analisar, tais como: o grau de importância dado a estas políticas e a sua efetiva aplicabilidade, tendo como parâmetro a redução do preconceito na sociedade.

As Ações Afirmativas objetivam garantir a igualdade, priorizando os setores discriminados da sociedade se constituindo em medidas de intervenção estatal para promover o aumento da presença negra, feminina e de outras minorias étnicas na educação, emprego e em outras esferas da vida pública.

Enquanto que combater a discriminação implica a eliminação da raça ou da cor como um critério de seleção, a ação afirmativa implica a continuação do uso da cor como um critério [...] Tradicionalmente, foram as pessoas brancas as favorecidas para qualquer oportunidade social ou econômica; com a ação afirmativa, o estado estabelece certas preferências para as pessoas negras, ou mulheres, ou membros de outras minorias étnicas [...] a raça é só um dos critérios utilizados para a distribuição de vagas nas faculdades ou empregos. Um candidato negro de baixa capacidade não pode substituir um candidato branco de alta capacidade. Mas, no caso de uma competição entre dois candidatos de capacidade, mais ou menos igual, [...] o negro teria preferência sobre o branco (ANDREWS, 1997, p.137-138).

A expressão ações afirmativas tem origem nos Estados Unidos, local que hoje se constitui como importante referência no assunto. Nos anos 1960, os norte-americanos viviam

um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra (MOEHLECKE, 2000).

Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se freqüentemente a expressão *ação ou discriminação positiva*. Em 1982, a *discriminação positiva* foi inserida no primeiro *Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades* da Comunidade Econômica Européia (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, 1995; ESTUDOS FEMINISTAS, 1996).

Nesses diferentes contextos, Moehleck (2000) destaca que a ação afirmativa assumiu formas como: “ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação”. Seu público variou de acordo com as situações existentes abrangendo grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. “As principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política”.

Além desses aspectos, a ação afirmativa também envolveu práticas que assumiram desenhos diferentes. O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Existem ainda as taxas e metas, que seriam basicamente um parâmetro estabelecido para a mensuração de progressos obtidos em relação aos objetivos propostos, e os cronogramas, como etapas a serem observadas em um planejamento a médio prazo.

Estabelecidos esses pontos iniciais, podemos tratar das definições propriamente ditas do que seria a ação afirmativa. Barbara Bergmann entende, de maneira ampla, que:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas - aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos - em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (1996, p. 7).

As definições de ação afirmativa introduzem a idéia da necessidade de promover a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens, econômicos ou não. Mas por que deveríamos agir dessa forma, o que justifica essa política?

Antonio Sergio Guimarães (1997) apresenta uma definição da ação afirmativa baseado em seu fundamento jurídico e normativo. A convicção que se estabelece na Filosofia do Direito, de que tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas, expressa uma crítica ao formalismo legal que também tem fundamentado políticas de ação afirmativa. Estas consistiriam em “promover privilégios de acesso a meios fundamentais - educação e emprego, principalmente - a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente” (1997, p.233).

Além disso, a ação afirmativa estaria ligada a sociedades democráticas, que tenham no mérito individual e na igualdade de oportunidades seus principais valores. Desse modo, ela surge “como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e mores pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres”, justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isso, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo restrito (1997, p.233). Essa definição sintetiza o que há de semelhante nas várias experiências de ação afirmativa, qual seja, a idéia de restituição de uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu. Na explicitação desse objetivo, também se diferencia de práticas discriminatórias raciais, étnicas ou sexuais, que têm como fim estabelecer uma situação de desigualdade entre os grupos.

Conforme Souza Netto (2003), em 1997, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) elaborou um conceito brasileiro próprio para o termo ‘ação afirmativa’, servindo para a implementação de políticas públicas para negros no país:

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar

desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (GTI, 1997 apud SOUZA NETTO, 2003).

Proporcionando a inclusão dos menos favorecidos, as políticas de ação afirmativa avaliam oportunidades e possibilidades de inserção na educação, trabalho, renda e poder. Desta forma, populações em desvantagem social, teriam maiores acessos a educação, ao mercado de trabalho através de incentivo de empresas e também no espaço público (BRASIL, 1999/2000).

Segundo Willian L. Taylor² citado por Contins e Sant'Ana, esforça-se por diferenciar o conceito de ação afirmativa de outros conceitos, como reparação e redistribuição.

O primeiro, necessariamente, inclui como beneficiários de seus programas todos os membros do grupo prejudicado. O segundo, por sua vez, pressupõe como critério suficiente (ou mesmo exclusivo) a carência econômica ou socioeconômica dos membros do grupo em questão, independentemente dos motivos dessa carência. A ação afirmativa diferenciaria-se, no primeiro caso, porque [...] em programas de ação afirmativa, o pertencimento a um determinado grupo não é suficiente para que alguém seja beneficiado; outros critérios iniciais de mérito devem ser satisfeitos para que alguém seja qualificado para empregos ou posições [...] Já em relação à redistribuição, ela distingue-se por configurar-se em medida de justiça, a qual constitui-se em argumento legal para seu pleito, tal como a jurisprudência norte-americana a consagrou. (1996, p.209 - 210).

E a ação afirmativa teria:

[...] como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho. (1996, p.209).

De acordo com essa distinção, não basta ser membro de um grupo discriminado, é necessário que, além disso, o indivíduo possua determinadas qualificações. Esse é um importante aspecto da ação afirmativa. Outro ponto que Taylor (apud CONTINS; SANT'ANA, 1996) estabelece é que a ação afirmativa não é especificamente uma política compensatória redistributiva, pois, ela exige que a carência socioeconômica dos indivíduos seja identificada como consequência da discriminação racial, étnica ou sexual, seu problema central. Mas como determinar essa relação (entre discriminação e desigualdades sociais de

² William L. Taylor é um dos pesquisadores participantes da Conferência de Bellagio na Itália.

alguns grupos) diante da complexidade das relações sociais e da permanência histórica de algumas estruturas na sociedade?

Bergmann (1996) introduz outra dimensão possível dessas políticas - a diversidade, tema que tem recebido especial atenção na área educacional. De acordo com a autora, existiriam três idéias por trás da ação afirmativa. As duas primeiras seriam a necessidade de combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços na sociedade, e de reduzir a desigualdade que atinge certos grupos, como aquela marcada pela raça ou gênero. Uma terceira proposta envolveria a busca da integração dos diferentes grupos sociais existentes por meio da valorização da diversidade cultural que os caracteriza. Essa idéia tenta conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

As posições apresentadas procuraram introduzir os principais aspectos envolvidos e em debate na definição de políticas de ação afirmativa. Num esforço de síntese e incorporando as diferentes contribuições, podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social.

1.3 A construção das ações afirmativas no Brasil

O termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas.

Historicamente, as políticas públicas brasileiras têm-se caracterizado por adotar uma perspectiva social, com medidas redistributivas ou assistenciais contra a pobreza baseadas em concepções de igualdade, sejam elas formuladas por políticos de esquerda ou direita (MUNANGA, 1996). Com a redemocratização do país, alguns movimentos sociais começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a adoção de medidas específicas para sua solução, como as ações afirmativas.

No Brasil, o debate das ações afirmativas tem início nos anos 1990, porém, a discussão sobre políticas para a igualdade racial no Brasil, contudo, não é recente. Um primeiro registro da hoje denominada ação afirmativa data de 1968, quando o Ministério do Trabalho manifestou-se a favor da criação de uma lei que obrigasse empresas privadas a contratarem uma porcentagem de empregados negros (SANTOS, 1999). Mas tal lei não chegou a ser elaborada. Foi somente nos anos de 1980, com a redemocratização do país, que o então deputado federal Abdias Nascimento formulou o primeiro projeto de lei propondo uma *ação compensatória* ao afro-brasileiro em diversas áreas da vida social como reparação pelos séculos de discriminação sofrida. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam.

A década de 1980 é de reorganização e mobilização do movimento negro, que procura denunciar o *mito* da democracia racial e pressionar o Poder Público para que responda aos problemas raciais existentes no país. O debate, restrito até então ao movimento negro e a alguns intelectuais, amplia-se a partir de meados dos anos de 1990. Em 1995, pela primeira vez, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhece ser o Brasil um país racista e organiza um encontro, no ano seguinte, com o objetivo de pensar ações que modifiquem tal situação.

Em julho de 1996, durante o governo Fernando Henrique, quando o Ministério da Justiça reuniu, em Brasília, um grupo de intelectuais brasileiros e norte-americanos, lideranças e ativistas negros, para discutir “Ações afirmativas e multiculturalismo” (Souza, 1997), ninguém acreditava que, em pouco mais de cinco anos, seria implementada a primeira reserva de vagas para negros numa universidade pública e que, antes de completar o décimo aniversário daquele evento, tal política fosse se transformar numa diretriz do Ministério da Educação (GUIMARÃES, 2005, p. 1).

O momento simboliza uma mudança na maneira como o Poder Público vinha tratando a questão das relações. Somente em 2001 deu-se a Conferencia Internacional contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul, à qual a delegação brasileira levou propostas avançadas para lidar com os efeitos do racismo no Brasil, entre elas a de criação de cotas para negros entrarem nas Universidades públicas.

Ao comitê nacional competia:

Assessorar o presidente da república nas decisões relativas à formulação das posições brasileiras para as negociações internacionais e regionais preparatórias e para a Conferência Mundial. Outra responsabilidade atribuída ao comitê é promover, em cooperação com a sociedade civil, seminários e outras atividades de

aprofundamento e divulgação dos temas de discussão e objetivos da Conferência Mundial (MOURA; BARRETO, 2002, p. 67).

A partir de 2001 foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra por decisão do Poder Público, seguindo a mesma linha dos projetos anteriores e tendo como base o sistema de cotas e a idéia da necessidade de representação desse setor em diversas esferas da sociedade (MOEHLECKE, 2000). Assim, a questão racial foi incluída nas agendas e propostas de vários candidatos a Presidente da República, em 2002.

O Presidente eleito na época, Luiz Inácio Lula da Silva, criou, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O artigo 2º da Lei de criação, atribui à SEPPIR a função de assessorar o Presidente da República na formulação, coordenação, articulação, promoção, acompanhamento e avaliação de todas as políticas de igualdade racial desenvolvidas pelo governo federal. O Presidente Lula também reconheceu oficialmente que há discriminações raciais contra os negros no Brasil (BRASIL/SEPPIR, 2003) e desse modo deu continuidade ao rompimento com o antigo discurso oficial de que o Brasil é uma democracia racial.

Sob pressão dos Movimentos Sociais Negros o Presidente Lula não só criou a Seppir, como também enviou ao Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que “institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências”. Esse projeto e outros projetos correlatos estão tramitando no Congresso Nacional e têm sido motivo de grandes discussões, debates e disputas acadêmico-políticas visando a sua aprovação ou rejeição.

Antes mesmo da aprovação ou rejeição no Congresso Nacional brasileiro do Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que institui as cotas para estudantes de escolas públicas, bem como para os estudantes negros e indígenas, 33 universidades públicas brasileiras – 18 estaduais e 15 federais – já aprovaram e implementaram ou estão em fase de implementação do sistema de cotas nos seus vestibulares para esses grupos sócio-étnico-raciais. Algo que os intelectuais mais otimistas da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais, e favoráveis às cotas para negros, não imaginavam que iria acontecer em menos de dez anos após o seminário supracitado. Segundo o professor Antônio Sérgio A. Guimarães:

Parecia a todos nós, participantes daquela reunião, aos que defendiam ou se opunham às ações afirmativas para negros, que o seminário fora convocado simplesmente para dar uma satisfação e transmitir uma sensação de inclusão à militância negra, bastante ativa àquela altura nos fóruns partidários, em alguns escalões do governo federal e muito bem articulada internacionalmente à rede de

ONGs de advocacia civil e luta pelos direitos humanos. Era essa a impressão que me ficou das apresentações e debates que travávamos no plenário e das opiniões que trocávamos fora dele, no saguão ou restaurante do hotel, ou na van que nos conduzia do local do seminário para o hotel, ou vice-versa (2005, p. 1).

Até fevereiro de 2007, 33 universidades públicas já haviam aprovado o sistema de cotas em seus vestibulares³. Algumas aprovaram cotas somente para estudantes de escolas públicas, outras somente para indígenas, outras somente para os negros (pretos e pardos) e outras para todas essas categorias de alunos simultaneamente.

Todavia, a proposta de ação afirmativa, por meio do sistema de cotas nos vestibulares, para os estudantes afro-brasileiros fundamenta-se no princípio de que a população negra brasileira é discriminada racialmente. Sendo isto um fato concreto, não se pode negar que a sociedade brasileira utilize a cor ou a raça (como uma categoria socialmente construída) como critério de distribuição de bônus e ônus sociais.

O debate sobre as ações afirmativas se espalhou por diversas universidades do país, e diferentes autores buscaram definir seu conceito. Para Silva e Silvério (2003), a ação afirmativa é uma ação voltada para o combate à desigualdade racial que seu conceito e utilização envolve uma tentativa de compensar a população negra pela discriminação sofrida pela alocação nos patamares mais baixos, no que se refere aos índices sociais, como educação, distribuição salarial e habitação.

Para Dworkin, os programas de ação afirmativa “têm como objetivo aumentar a matrícula de estudantes negros e de outras minorias admitindo que o critério racial conte afirmativamente como parte das razões para admiti-los” (2005, p. 438). Segundo ele,

A ação afirmativa é uma política social que visa modificar o quadro em que a população negra se encontra inscrita, na medida em que objetiva propiciar que este grupo, desfavorecido socialmente, tenha as mesmas condições de acesso, oportunidades de desenvolvimento e respeito que os outros; ou seja, tenham direito ao igual tratamento e ao tratamento como igual (SANTO, 2008, p. 58).

Segundo GOMES:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por

³ A informação sobre a quantidade de universidades públicas federais e estaduais que aprovaram e implementaram ou vão implementar o sistema de reserva de vagas em seus vestibulares para estudantes negros, indígenas, de escolas públicas e portadores de deficiência física foi fornecida pela professora Deborah Silva Santos, Consultora para Gênero e Raça da UNESCO, que até fevereiro de 2007 era assessora na Secretaria de Educação Superior (SESU), do Ministério da Educação (MEC). Vide também Silvério (2005).

objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. [...]

Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (2001 p. 6-7).

Outros autores se empenham em definir o termo, como é o caso de Sell (2002, p.9) entende a política de ações afirmativas como uma gama de estratégias políticas que têm por fim promover a igualdade de oportunidades sociais, mediante um tratamento preferencial daqueles que historicamente têm sido os perdedores na disputa pelos bens escassos da sociedade. Esse tratamento preferencial é traduzido em *cotas* ou *metas* ou *bônus* para as minorias sociológicas e biológicas, em empresas, órgãos públicos, universidades, entre outros, através da discriminação positiva.

Discriminação positiva é usar temporariamente os critérios raciais que vigoram na sociedade para fazer a distinção de pessoas, como: cor de pele, crença, tipo de cabelo, lugar onde fica residência, sexo e religião, para com isso possibilitar um grau de cidadania mínima aos excluídos, de forma que estes atinjam condições de serem efetivamente beneficiários das políticas públicas gerais (SELL, 2002).

O mesmo autor enfatiza que:

Ação Afirmativa consiste numa série de medidas destinadas a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais: aquela que parece estar associada a determinadas características biológicas (como raça e sexo) ou sociológicas (como etnia e religião), que marcam a identidade de certos grupos na sociedade. Inspira-se no princípio de que a negação social de oportunidades a esses grupos é um mal que deve ser combatido, enfaticamente, com políticas específicas. (SELL, 2002, p.15).

As ações afirmativas vão se firmando no Brasil, ainda com as inúmeras tentativas de diversos autores em defini-las assumindo o objetivo de construir maior igualdade e resgatar essa dívida que a sociedade brasileira tem com esses segmentos da população, permitindo que o aumento de oportunidades no ensino superior público se combine com maior democratização econômica e étnico-racial no acesso e permanência no ensino superior.

Caminhando para a implantação dessas políticas nas universidades brasileiras, trataremos a seguir do processo de criação da Universidade a que se destina a nossa pesquisa, assim como, do processo de implementação da política de ações afirmativas nessa Universidade.

1.4 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Contextualização

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma das duas únicas instituições de caráter público e federal localizadas no Estado de Santa Catarina, o que justifica sua atual expansão. Caracteriza-se também por ser atualmente, a única universidade do Estado de Santa Catarina nessas condições.

A UFSC se originou no último ano do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que governou ancorado em um plano de metas que priorizava os setores energético, industrial, educacional, transporte e da alimentação. A UFSC teve origem no início da década de 1960 quando entrou em vigor a Lei n. 3.849, assinada em 18 de dezembro de 1960, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, reunindo as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e escola de Engenharia Industrial⁴.

O projeto inicial, em Santa Catarina, era o de uma universidade estadual, o que foi realizado cinco anos após a criação da UFSC, por meio da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), hoje denominada Universidade do Estado de Santa Catarina. A história das duas universidades pioneiras do Estado esteve, portanto, interligada desde o início.

A Lei n. 3.849 garantiu também, que a UFSC iniciasse sua caminhada com autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar. Intermediado pela Lei n. 2.664, de 20 de janeiro de 1961, o governo do Estado de Santa Catarina doou à União os terrenos do bairro da Trindade com cerca de um milhão de metros quadrados, para incorporação à Universidade. O seu primeiro Reitor, o Professor João David Ferreira Lima, tomou posse em 25 de outubro de 1961. O professor João David assumiu a administração de uma instituição que contava com “847 alunos e 49 docentes provindos de sete faculdades isoladas que vieram integrar a UFSC” (RODRIGUES, 2009, p.23). A UFSC recebeu a denominação de universidade federal pela Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965.

A Reforma Universitária, destacada como “um episódio marcante na história da Universidade Federal de Santa Catarina” (LIMA, 2000, p. 193) foi decorrente do Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 e do Decreto-Lei nº 252 de 27 de fevereiro de 1967. Anterior a data da publicação dos referidos decretos-lei, Lima considera que:

⁴ Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina Disponível em: <<http://www.die.ufsc.br/arquivos>>. Acesso em: 25 de set. de 2010.

[...] O ensino superior brasileiro, quanto à sua estruturação acadêmica, guardava ainda moldes medievais. Existiam as organizações universitárias baseadas em estanques e fachadas faculdades e escolas, com séries, cátedras vitalícias, conselhos, matrículas e inscrições próprias. A universidade se resumia, assim, na existência de um Reitor com alguns órgãos administrativos que foram criados posteriormente; as faculdades preexistentes, apesar da fusão, mantinham-se afastadas entre si, fechadas numa tradição, conservantismo e isolamento perniciosos sob todos os aspectos (2000, p. 194).

Aprovada pela Lei nº 64.824, de 15 de Julho de 1969, começou a vigorar plenamente em 1970 a UFSC.

Atualmente a estrutura organizacional da UFSC é composta pelo Conselho Universitário (CUUn), 6 Pró-Reitorias, 3 secretarias, 11 Centros de Ensino e Unidades Suplementares. O CUUn possui representação de Diretores de Centros de Ensino, Servidores Técnico Administrativos, Docentes e Estudantes. As unidades suplementares compreendem o Hospital Universitário (HU), o Restaurante Universitário (RU), o Museu Universitário, a Editora Universitária, a Biblioteca Universitária (BU), a Imprensa Universitária, o Planetário e o Biotério Central.

Na modalidade de ensino presencial a UFSC conta com 11 Centros de Ensino instalados no campus da Trindade e Itacorubi, sendo eles:

- Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- Centro de Ciências Biológicas (CCB);
- Centro de Ciências da Educação (CED);
- Centro de Ciências da Saúde (CCS);
- Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);
- Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
- Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
- Centro de Desportos (CDS);
- Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- Centro Sócio-Econômico (CSE);
- Centro Tecnológico (CTC).

Ainda considerando a modalidade de ensino presencial, a participação da UFSC no Programa de Apoio a Planos de Re-estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – (REUNI)⁵, em 2008 permitiu de forma significativa a oferta de novos cursos e

⁵ O REUNI foi instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abr. de 2007, sendo uma das ações que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O Decreto está disponível em <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 de set. de 2010.

vagas. Com base nos recursos desse programa, a UFSC também criou e instalou, em 2009, os novos campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville⁶.

A implantação de novos cursos nos campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville e a ampliação das vagas já existentes nos campus de Florianópolis, resultou no aumento de 17% de 2009 para 2010 na oferta de vagas para ingresso nos cursos de graduação da UFSC⁷.

Criado pelo Decreto nº 6.096/2007, o REUNI tem como objetivo, ampliar o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior e como meta principal dobrar, em dez anos, a quantidade de alunos nos cursos de graduação do sistema federal de ensino, processo que se iniciou a partir de 2008, possibilitando o ingresso de 680 mil novos alunos no ensino de graduação em todo Brasil. Em linhas gerais o REUNI propõe duas metas: que ao final do programa, se alcance uma taxa de sucesso de 90% na conclusão dos cursos de graduação, e uma relação média entre aluno e professor de 18 para 1, respeitando as diferenças entre áreas e a vocação das instituições⁸.

A implementação do REUNI na UFSC reacendeu o debate sobre a Reforma Universitária. Conhecendo bem os problemas do ensino superior, o aumento de vagas, a abertura de novos cursos e a verba para investimento poderiam até ser desejáveis, e o são. A questão central é que tais mudanças estão condicionadas a uma série de transformações na estrutura das instituições, como a adoção do Bacharelado Interdisciplinar: cursos de 2 a 3 anos que formam bacharéis em generalidades como Saúde, Engenharia ou Ciências Humanas. Entendemos ser, sim, necessário o investimento e o aumento de vagas. Contudo, devem ser eles pensados a partir de um projeto de universidade que realize um esforço consciente de dominar o mais moderno saber de seu tempo e solucionar os problemas do nosso povo, superando a dependência tecnológica e cultural, os problemas de educação, saúde, etc. - caminho oposto ao que propõe o REUNI⁹.

As universidades ainda encontram muitas dificuldades, oposições e resistências em relação ao REUNI, mas essa questão não será enfatizada nesse trabalho.

Compromissada com uma educação pública de qualidade, a UFSC tem respondido afirmativamente às demandas, oferecendo hoje 84 cursos e habilitações presenciais e a distância no ensino de graduação em todas as áreas do conhecimento. Cada vez mais, a UFSC afirma-se como uma instituição plural e diversificada. São 6.6691 vagas, destas 1.393 vagas

⁶ Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2014 – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.die.ufsc.br/arquivos>>. Acesso em: 20 de set. de 2010.

⁷ Ver UFSC do Século XXI – Segundo Ano de Gestão. Maio/2009 – maio/2010, p.18.

⁸ Dados segundo informações do site: <<http://www.ufpi.br>>. Acesso em: 23 set. de 2010.

⁹ Disponível em: <<http://www.dce.ufsc.br/reuni-e-reforma-universitaacuteria.html>>. Acesso em: 23 set. de 2010.

para os cursos a distância e 655 vagas para atender aos novos cursos criados nos campi de Florianópolis, Joinville, Araranguá e Curitiba¹⁰.

A UFSC caracteriza-se pelo seu comprometimento com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural do Estado de Santa Catarina e do País, tendo como missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida¹¹.

E para responder a essa missão institucional a UFSC conta atualmente com um quadro funcional, entre os campi de Florianópolis, Joinville, Araranguá e Curitiba, composto por 1.798 servidores docentes, 2.808 servidores técnico-administrativos, 489 docentes substitutos e 850 terceirizados, compreendendo um total de 5.945¹².

1.5 O processo de criação e implantação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na UFSC

O Processo de implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSC surgiu com a criação de um Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC (GTEGC). O Grupo organizou debates sobre reservas de vagas para negros (2002-2006) e indígenas (2006).

Em 2005, o GTEGC promoveu, com apoio da Associação dos Professores da UFSC – (APUFSC) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), um estudo com dados da Comissão Permanente de Vestibular da UFSC (COPERVE) e do Núcleo de Processamento de Dados da UFSC (NPD) sobre a composição étnica e socioeconômica dos alunos de graduação e com simulações sobre o impacto na diversidade de políticas de aumento e reserva de vagas¹³.

¹⁰ Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2009.pdf>

¹¹ Missão aprovada em Assembléia Estatuinte de 1993 e incluída como Art.3.º do Estatuto da UFSC

¹² Disponível em: <http://www.pip.ufsc.br/arquivos/RELATORIO_GESTAO_2009.pdf>

¹³ Este estudo foi parcialmente publicado no artigo Tragtenberg, M.H.R.; Bastos, J.L.D.; Nomura, L. H. e Peres, M. A. Como aumentar a proporção de estudantes negros na Universidade?, *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p.473-495, 2006. Os outros dados e testes de confirmação deste estudo em outros cursos se encontram disponíveis no artigo Tragtenberg, M.H.R.; Bastos, J.L.D.; Peres, M.A. Políticas de ampliação do acesso e

Os objetivos deste estudo foram: a) verificar se os resultados obtidos em trabalho anterior sobre simulação de políticas de acesso à UFSC, realizado em amostra de 13 cursos, se reproduzem em outros quatro cursos; b) investigar o efeito da reserva de vagas para alunos oriundos do ensino médio público sobre a nota mínima de entrada nos cursos. A partir dos dados do vestibular e matriculados em 2004 na UFSC, verificou-se baixa proporção de alunos negros nesses cursos.

Simulações de duplicação de vagas mostraram leve queda no percentual de alunos negros e pequeno aumento no percentual de alunos de escola pública.

Simulação de reserva de 50% de vagas de cada curso para a escola pública levou a um discreto aumento no percentual de alunos negros, indicando que políticas sensíveis à cor têm que ser utilizadas para aumentar a proporção de estudantes negros no Ensino Superior público e contribuir para a redução de desigualdades étnicoraciais no Brasil. Foram estudados os efeitos de reservas de vagas para negros (15%, 20% e 5% somente de escola pública) e para escola pública (50 %) na nota mínima de entrada nos cursos. Em geral, a redução da nota mínima de ingresso em cursos de diferentes níveis de prestígio social é da ordem de 10% ou menos, não indicando um quadro de expressiva queda da nota no vestibular¹⁴.

Ainda no ano de 2005, a COPERVE promoveu um seminário discutindo sobre o formato do Vestibular, que levou a mudanças na forma de inscrição e no formato do exame de ingresso à UFSC. Mas foi durante o Colóquio “Pensamento Negro em Educação”, promovido pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), em fevereiro de 2006, que “foi explicitamente solicitada à UFSC, como instituição, uma política de ação afirmativa no acesso e permanência de setores da população historicamente excluídos, como indígenas, negros¹⁵ e também de pessoas de baixa renda”¹⁶.

O questionamento exigindo uma resposta à demanda social apresentada desencadeou na criação de uma Comissão responsável pela elaboração da proposta de inserção das cotas na UFSC.

Em abril de 2006 a Portaria nº 195/GR/2006 designou os membros que compuseram a Comissão: representantes dos centros de ensino da UFSC, COPERVE, Secretaria Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia, APUFSC, Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), Indígenas e Movimento Negro, responsável pela elaboração e apresentação de uma Proposta Preliminar de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial dirigido ao ingresso na UFSC através do processo vestibular.

diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

¹⁴ Disponível em <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br/artigos>> - Políticas de ampliação do acesso e diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁵ O termo negro abrange as categorias preto e pardo.

¹⁶ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e étnico-racial. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de set. de 2010.

Essa Comissão organizou em junho de 2006 o seminário “Cotas e Ações Afirmativas” que discutiu temas ligados à ação afirmativa, meritocracia, reparações e desigualdades raciais em Santa Catarina. O evento contou com diversos representantes de universidades do país.

A Comissão organizou um documento contendo o diagnóstico sobre a UFSC, e o distribuiu aos Coordenadores de Curso, Chefes de Departamento e Diretores de Centros de ensino da UFSC para suscitar o debate e levantar sugestões de acesso e permanência de alunos, e em agosto de 2006 este documento foi discutido. A direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas convidou representantes da Comissão para discutir o documento em sua aula inaugural em setembro de 2006 e em outubro do mesmo ano, o Centro de Educação realizou outro debate sobre o mesmo documento.

No documento¹⁷ apresentado pela Comissão para discussão, duas questões são apresentadas:

- a) Que políticas de ação afirmativa para promoção de diversidade socioeconômica e étnico-racial devem ser implementadas na UFSC? Como viabilizá-las?
- b) Que políticas de permanência adotar, para que essas políticas de ação afirmativa sejam efetivas?

No final do ano de 2006 a Comissão de Acesso e Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial, ponderou e considerou as contribuições dos estudos e discussões internos, assim como acolheu os diferentes subsídios e sugestões dos debates desencadeados no âmbito da universidade, com a participação de docentes, discentes e servidores. Nesse período, apresenta a comunidade universitária sua proposta acerca da compreensão da temática ação afirmativa, na qual a mesma considera:

Entende-se por Programa de Ações Afirmativas um conjunto de ações e procedimentos referentes à preparação para o acesso à universidade; à política de acesso propriamente dita mediante o sistema de reserva de vagas para candidatos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas; à política de permanência na universidade; e à política de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade. Deste modo, esta proposição do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC procura expressar com contundência o compromisso de uma instituição pública com uma agenda contemporânea, que exige responsabilidades institucionais em resposta aos cenários de desigualdades socioeconômicas e raciais que imperam na sociedade e se encontram em suas próprias fronteiras¹⁸.

¹⁷ Ver: Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da UFSC: Considerações preliminares. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

¹⁸ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e étnico-racial. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

A proposta demonstrou por meio de dados estatísticos, a necessidade da adoção do sistema de reservas de vagas, enfatizando a desconsideração histórica com os setores populares, os negros e os indígenas, afirmando que no exercício da sua autonomia, a Universidade deve promover a diversidade e a democratização do acesso ao ensino público, buscando a erradicação das desigualdades e preconceitos das mais variadas formas.

Em consonância com a missão proclamada pela UFSC, que se pauta pela “perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”¹⁹, foi apresentado o PAA as instâncias deliberativas da UFSC, em 10 de julho de 2010, através da RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 008/CUn/2007, que em seu artigo primeiro refere-se ao Programa como um “instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial”.

O Programa teve sua efetiva aplicação no vestibular de 2008 passando a UFSC a adotar critérios sociais e raciais em seu processo seletivo, adotando a chama política de cotas. Assim, do total de vagas oferecidas em cada curso, 20% foram destinadas para alunos que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública e 10% para candidatos autodeclarados negros e pertencentes a povos indígenas. Foram ainda oferecidas cinco vagas extras para candidatos indígenas.

A fim de acompanhar o PAA da UFSC, surge a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas, que será abordado no item a seguir.

1.6 Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC

A Pró-Reitoria de Graduação (PREG) é uma instância da UFSC responsável pela supervisão e coordenação geral das atividades de ensino dos cursos de graduação, presenciais e a distância e educação básica. Suas ações estão diretamente relacionadas com o aprimoramento das políticas de apoio destes cursos. “A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação tem por objetivo coordenar as políticas e ações relacionadas aos cursos de graduação e educação básica, em com os ideais expressos na missão da UFSC”²⁰.

¹⁹ VER Apresentação e Missão da UFSC. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

²⁰ Ver UFSC do Século XXI – Segundo Ano de Gestão. Maio/2009 – maio/2010, p.18.

Entre as competências²¹ da PREG estão:

- Coordenar a formulação e a implementação de políticas para o ensino;
- Emitir pareceres sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;
- Convocar e presidir as reuniões da câmara de ensino de Graduação; e
- Propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação.

Subordinada a PREG, encontra-se a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA criada a partir da Resolução Normativa n. 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007, com o objetivo de construir um instrumento de promoção dos valores democráticos, com ênfase no respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico racial, ampliando o acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e estimulando à permanência dos ingressos na Universidade.

No art. 14 da Resolução que cria o Programa na UFSC, as disposições finais estabelecem:

Para os fins de acompanhamento das ações afirmativas do "Programa de ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, será constituída uma comissão institucional que deverá proceder à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados.

Parágrafo único. A comissão a que se refere este artigo, constituída por professores efetivos da Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE, será designada pelo Reitor.

Como objetivos principais da Comissão destaca-se:

- Acompanhar e avaliar o PAA da UFSC;
- Mediar às questões vivenciadas pelos estudantes de graduação que ingressaram pelo PAA e que interferem diretamente na sua permanência na UFSC;
- Articular com os segmentos responsáveis da UFSC para que as ações orientadoras do PAA sejam implementadas.

De acordo com o art. 207 da Constituição Federal “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 136).

²¹ Ver UFSC Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2014 (Minuta). Disponível em: <http://www.pdi.ufrgs.br/arquivos-outros-pdis/PDI_minuta_arq_mestre_091114_consulta.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2010.

Extrai-se da Resolução Normativa nº 008/CUn/2007 que:

- o candidato que optar por participar pode escolher somente uma das modalidades previstas no PAA e também concorrerá às vagas destinadas a classificação geral;
- negros oriundos de escolas privadas podem ser beneficiados pela reserva de vagas, desde que não sejam preenchidos os 10% destinados aos afrodescendentes que cursaram o ensino médio e fundamental em escolas públicas;
- o candidato autodeclarado negro poderá ser entrevistado por uma comissão institucional para validar sua matrícula;
- os candidatos que estudaram somente um ano ou foram beneficiados por bolsas de estudos em escolas particulares não podem concorrer às vagas destinadas aos egressos do ensino público;
- caso o percentual destinado aos egressos de escola pública não venha ser preenchido, as vagas remanescentes serão ocupadas por candidatos da classificação geral.

As ações²² à serem acompanhadas pela Comissão e que orientam o PAA da UFSC, são:

- I – Preparação para o acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- II – Acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- III – Acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;
- IV – Acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;
- V – Ampliação de vagas nos cursos de graduação;
- VI – Criação de cursos de graduação noturno.

O PAA compreende um total de seis processos, porém, o presente trabalho se dispõe especialmente a um desses processos que corresponde a preparação para o acesso aos cursos de graduação da universidade. No entanto, para complementar as ações voltadas a preparação para o ingresso no ensino superior, julga-se necessário abordar mais duas ações norteadoras do Programa, que seriam: o acesso aos cursos de graduação e o acompanhamento a permanência do aluno na Universidade. Os desdobramentos para efetivação de cada uma dessas ações serão apresentados a seguir.

1.7 A preparação para o acesso aos cursos de graduação da universidade

²² Conforme Resolução Normativa Nº 008/CUN/2007, artigo 4º.

No que diz respeito a preparação para o acesso aos cursos de graduação²³ da UFSC, as ações implementadas pelo PAA compreendem:

- I – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior;
- II – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas.
- III – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- IV – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade.

Dentro das ações que viabilizam a preparação do acesso aos cursos de graduação da UFSC, o trabalho realizado nas escolas públicas da grande Florianópolis e a oportunidade da parceria com o Pré-Vestibular da UFSC, são fundamentais e propiciam um contato direto entre comunidade e a Universidade, tornando-se um espaço propício para divulgação das informações e orientações necessárias a sociedade.

1.7.1 A divulgação nas escolas públicas

Em sua proposta de divulgação junto as escolas da rede pública da grande Florianópolis, a Comissão busca levar aos estudantes de ensino médio, informações e orientações que dizem respeito as oportunidades de acesso (Pré-Vestibular, isenção da taxa de inscrição do vestibular, e o ingresso pelo PAA) e as oportunidades de permanência na Universidade após a aprovação no processo seletivo.

O trabalho de divulgação nas escolas junto aos estudantes do ensino médio é realizado pela assistente social inserida na Comissão e toda a equipe de bolsistas e estagiárias da área de Serviço Social. O contato com os estudantes dessas escolas ocasiona um momento de trocas de experiências, de conhecimento, de informações que são fundamentais no processo de decisão - onde muitos deles se encontram – do futuro profissional e pessoal.

O direito à educação e a igualdade de acesso na escola estão expostos, no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que estabelece: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 134). O artigo seguinte, inciso I, prevê a igualdade de acesso

²³ Conforme Resolução Normativa N° 008/CUN/2007, artigo 5°.

ao ensino bem como a permanência na escola. Nesse sentido, torna-se importante o trabalho de divulgação nas escolas públicas, para uma ampla divulgação quanto às possibilidades e oportunidades do estudante no ensino superior, priorizando a informação, a orientação e a participação da sociedade na operação dos direitos e na viabilização da construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária.

1.7.2 O Pré Vestibular da UFSC

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA atua em parceria com o Curso Pré-Vestibular Popular da UFSC, que surgiu para atender as necessidades dos estudantes que não dispunham de recursos financeiros para frequentar cursos preparatórios para o vestibular. O projeto do Curso Pré-Vestibular busca o desenvolvimento da educação local, da cidadania, proporcionando um preparo o que vai levá-los ao mercado de trabalho, buscando beneficiar este público, que tem grande dificuldade de ingressar em universidades, especialmente as públicas. Além de ser gratuito e ter sido possível graças às parcerias realizadas, o Pré-Vestibular da UFSC busca o desenvolvimento da educação local, da cidadania e o melhor preparo da comunidade para o mercado de trabalho²⁴.

O trabalho conjunto visa abranger a divulgação do PAA junto aos estudantes de escolas públicas, futuros ingressos na universidade, parte componente da demanda atendida pelo projeto. Este trabalho visa atender uma das ações norteadoras do PAA, que é a preparação para o acesso aos cursos de graduação da Universidade.

O Projeto do Pré-Vestibular foi iniciativa do coordenador e criador Professor Otavio Augusto Auler Rodrigues, idealizado a partir da sua história de vida.

Depois de passar por uma trajetória de cursar ensino fundamental e médio em escola pública, passou por dificuldades financeiras e só poderia arriscar uma profissão, se obtivesse formação em uma universidade pública. Desta forma, com algumas dificuldades, conseguiu entrar na UFSC ingressando no curso de história. Como tinha que estudar e trabalhar para tentar se manter, no primeiro ano de sua graduação foi de mecânico a garçom e depois de muita perseverança, conseguiu uma bolsa em um dos programas de pesquisa da UFSC. Durante os 4 anos dos 5 de sua graduação, sobreviveu como bolsista e teve acesso a moradia estudantil. Fez mestrado na mesma instituição e também foi apoiado com uma bolsa de estudos. Devido as oportunidades que a Universidade gratuitamente deu a ele para se tornar um cidadão com condições de exercer sua profissão despertou nele uma forma de retribuição a partir da criação de um programa que pudesse dar condições iguais a alunos que

²⁴ Material disponível em: <<http://www.prevestibular.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de set. de 2010.

como ele provavelmente não teriam tantas oportunidades se não fosse os acessos dados pela UFSC²⁵.

Nessa perspectiva, o Projeto vem buscando a inclusão para a vida, pois, visa a inclusão de jovens e adultos na vida da universidade pública. Jovens e adultos que não tem condições financeiras para realizar um curso preparatório para o vestibular e que sonham com uma vaga para serem futuros profissionais qualificados.

O fator socioeconômico tem grande importância e influência no acesso ao ensino superior. Geralmente ingressam nas universidades gratuitas, aqueles que tiveram uma boa preparação nos diversos níveis de ensino que antecede o nível universitário. Esta preparação, geralmente é oferecida por colégios particulares e somente aqueles que possuem boas condições financeiras podem frequentá-los.

De acordo com Kunzer, todos devem ter:

acesso a um saber que lhe permita, por um lado, conhecer as relações sociais que determinam seu modo de vida, sua concepção de mundo, sua consciência e, por outro, participar ativamente do processo de construção da sociedade através do trabalho e da participação política (1988, p. 105).

A universidade na vida das pessoas tem a função primeira de fundamentar-se na educação do ser humano, sujeito este que é ao mesmo tempo histórico, social, cultural, econômico, político e complexo em sua constituição. Educar o ser humano é simultaneamente educar o outro e educar-se a si mesmo pelo conjunto das construções históricas em seus avanços e suas contradições (LAFFIN)²⁶.

A proposta da Universidade Federal de Santa Catarina é uma iniciativa única no país dentro de uma universidade pública. Além das aulas com professores capacitados, oferece gratuitamente aos alunos todas as apostilas e materiais didáticos necessários. Além disso, através deste projeto de “Inclusão para a Vida”, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a de Recursos Humanos da Federal disponibilizam acompanhamento aos ingressantes nas universidades mesmo após a aprovação no vestibular²⁷.

O Projeto Pré-Vestibular iniciou suas atividades em 2003, teve início com duas turmas de 60 alunos cada, totalizando 120 participantes. Em 2004 ocorreu uma segunda edição, objetivando atender 200 alunos. O modelo prosseguiu e no ano de 2005 o Pré-Vestibular já contava com 375 alunos. Em 2006 o número de alunos atendidos aumentou para 400. Em

²⁵ Material disponível em: <www.prevestibular.ufsc.br>. Acesso em: 28 de set. de 2010.

²⁶ <<http://pages.udesc.br/~forgrad/work/MarcosLaffin.ppt#262,2,EDUCAÇÃO%20E%20RESPONSABILIDADE>>. Acesso em: 15 de out. 2010

²⁷ Material disponível em: <<http://www.prevestibular.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de set. de 2010.

2007 foram atendidos 485 alunos e em 2008 a quantidade de alunos subiu para 700 em Florianópolis e mais 300 na cidade de Curitiba. Em 2009 em parceria com a Secretaria da Educação de Santa Catarina, foram estabelecidas mais 25 unidades em 20 cidades do Estado. No primeiro semestre desse ano, o Curso Pré-Vestibular ofereceu um total de 1880 vagas com a previsão do mesmo número de estudantes para o segundo semestre.

1.7.3 O acesso aos cursos de graduação da Universidade

Conforme a Resolução Normativa nº 008/CUn/2007 em seu artigo 2º, o PAA destina-se aos estudantes que:

- I – tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública;
- II – pertençam ao grupo racial negro, na forma prevista nesta Resolução Normativa;
- III – pertençam aos povos indígenas.

O capítulo III, artigo 6º da Resolução que trata da implementação do PAA, estipula a porcentagem da reserva de vagas:

Art. 6º Para a implementação da ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação da Universidade, a que se refere o inciso II do art. 4º, será destinado 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas da seguinte forma:

- I – 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- II – 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

Já o artigo 9º prevê a criação de 05 (cinco) vagas suplementares reservadas aos candidatos pertencentes aos povos indígenas:

Art. 9º. Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular.

§ 1º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

§ 2º O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013.

É importante destacar que, o não preenchimento das vagas destinadas aos candidatos negros (10%) e de escolas públicas (20%) serão disponibilizadas para a classificação geral. As vagas para indígenas somente serão criadas se houver candidatos indígenas habilitados, caso contrário, serão criadas apenas as vagas necessárias. Todos os candidatos que se inscreverem pelo PAA, também estarão concorrendo às vagas de classificação geral.

1.7.4 Ingresso aos candidatos oriundos de escola pública

O PAA da UFSC estabelece 20% do total de vagas para candidatos oriundos de escola pública, enquadrando-se nessa opção, candidatos que cursaram integralmente todas as séries do ensino fundamental e médio e/ou supletivo em instituições públicas de ensino, entendidas como tais, aquelas mantidas pelo Poder Público (Federal, Estadual e Municipal).

Os candidatos a que se dirigirão essas ações afirmativas são os estudantes oriundos do ensino fundamental e médio público, negros e indígenas. Esclarecemos que a opção por ter o benefício dessas reservas de vagas é voluntária. Em estudos da composição do alunado de graduação da UFSC, detectou-se em vários cursos a ausência de estudantes de baixa renda, negros e indígenas. Como evidenciamos correlação entre baixa renda e ter cursado todo o ensino fundamental e médio em estabelecimentos públicos de ensino, propomos reservar uma percentagem mínima de 20% das vagas de cada curso para garantir a diversidade socioeconômica²⁸.

Não podem participar do PAA, como egressos de escola pública, os candidatos que:

- Cursaram supletivo pago e não público;
- Cursaram escola comunitária que não seja mantida pelo Estado;
- Tenham sido bolsistas em escola particular, mesmo que somente pelo período de um ano.

Após ser aprovado pelo vestibular, o candidato precisa legitimar sua opção apresentando além dos documentos necessários para matrícula, o histórico escolar que comprove a aprovação em todas as séries do ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

²⁸ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e étnico-racial. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em: 28 de set. de 2010.

1.7.5 Ingresso dos candidatos pertencentes ao grupo racial negro

O PAA reserva 10% do total de vagas para candidatos caracterizados como pertencentes ao grupo racial negro, e que tenham traços fenóticos que os caracterizem como tal. Candidatos que não tenham traços fenotípicos que os identifiquem com o grupo racial negro, ainda que tenham algum ascendente negro, não se enquadram nessa opção.

Terão prioridade na classificação os candidatos negros que tenham cursado integralmente todas as séries do ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino, o que abrange escolas de nível municipal, estadual e federal. Se os 10% das vagas não forem ocupados por candidatos negros de escola pública, serão automaticamente repassadas aos candidatos negros com outro percurso escolar.

Como comprovação de sua opção, no ato da matrícula candidato deverá assinar uma autodeclaração informando possuir fenótipo que o caracterize na sociedade brasileira como pertencente ao grupo racial negro. O candidato deverá comparecer diante da Comissão de Validação da Autodeclaração para entrevista. Somente após a entrevista e a validação da autodeclaração pela Comissão Institucional é que matrícula poderá ser realizada.

Caso a autodeclaração não seja validada pela Comissão, o candidato poderá apresentar, no prazo de 48 horas, um pedido de reconsideração, por escrito, direcionado ao diretor do DAE (Depto. de Administração Escolar) com argumentos que justifiquem o fato de ter optado por vagas para negros do Programa de Ações Afirmativas. A Comissão terá um prazo de 48 horas para emitir uma posição definitiva sobre a validação ou não da autodeclaração²⁹.

Como toda política pública, é necessário avaliar se o objetivo e público-alvo estão sendo efetivamente atingidos. Para tanto, é necessário verificar os documentos dos estudantes optantes por reservas de vagas para escolas públicas e se os optantes por cotas para negros e indígenas são efetivamente desses grupos étnico-raciais, pois, não é desejável que mecanismos que visam maior diversidade na universidade sejam objeto de facilitação de acesso para pessoas fora dos grupos que se deseja atingir.

1.7.6 Ingresso dos candidatos pertencentes aos povos indígenas

²⁹ Material mais detalhado sobre o Programa de Ações Afirmativas da UFSC, quanto a opção do ingresso e matrícula dos candidatos, estão disponíveis em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em: 01 de out. 2010.

O candidato que optar por concorrer as vagas reservadas para indígenas, no ato da inscrição respondem um questionário que permitirá identificar seu pertencimento e relação com o povo indígena, especificando:

- a) O grupo indígena a que pertence;
- b) Se utiliza uma língua indígena;
- c) Sua história de vida em comunidade indígena;
- d) O contexto atual de relações com a comunidade indígena;
- e) Expectativas do candidato e da comunidade indígena em relação ao curso ao qual está se inscrevendo.

As vagas são suplementares, isto é, são criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observando o limite de duas vagas por curso. Serão selecionados os dois melhores classificados, e as vagas restantes serão preenchidas pelos indígenas melhor classificados optantes por outros cursos.

A inclusão indígena é mais complexa, pois demanda maior apoio financeiro, didático-pedagógico e sócio-cultural. A linha da proposta é criar um número determinado de vagas na UFSC, onde o indígena escolheria o curso que pretende seguir³⁰.

No período de matrícula, o candidato aprovado deverá assinar uma autodeclaração de que é indígena, e será entrevistado pela Comissão de Validação da Autodeclaração. Somente após a validação da autodeclaração pela Comissão Institucional é que a matrícula poderá ser realizada.

1.8 O acompanhamento e permanência ao aluno ingresso na Universidade

O art. 12 da Resolução Normativa nº 008/CUn/2007 prevê políticas de ações afirmativas voltadas ao acompanhamento e a permanência do aluno inserido na Universidade através do PAA. Para efetivação dessas políticas, através do art. 14 da referida Resolução Normativa, se constitui uma Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação, a fim de avaliar e propor mecanismos relacionados às distintas dimensões implicadas na inserção dos estudantes cotistas. De acordo com resultados de experiências de implantação de ações

³⁰ Ver proposta de Programa de Ações Afirmativas para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e étnico-racial. Disponível em: <<http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br>>. Acesso em 15 de outubro de 2010.

afirmativas para o ingresso no ensino superior no Brasil, é pensado na possibilidade de construir estratégias comprometidas com estas dimensões, que impactam a trajetória individual e coletiva em relação ao desempenho (nas diversas atividades acadêmicas previstas nos currículos vigentes) e à integração no espaço sócio-político-cultural em que se configura o cotidiano universitário. Para tanto, destacam-se três focos de estratégias institucionais interdependentes e em caráter de oportunidade, para os estudantes cotistas:

- I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;
- II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a:
 - a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade;
 - b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;
 - c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade³¹.

Para a viabilização da permanência dos acadêmicos ingressos na UFSC, são desenvolvidos projetos como o Projeto de Apoio Pedagógico e Programas de Permanência oferecidos pela Universidade através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Esta Pró-Reitoria desenvolve políticas estudantis a fim de interar o estudante no meio acadêmico em articulação com as demais áreas afins, contribuindo assim, para permanência desses acadêmicos na UFSC.

A seguir serão apresentados os Programas de Permanência oferecidos pela UFSC, no intuito de situar o leitor das ações desenvolvidas com o objetivo de para evitar uma evasão excessiva desses acadêmicos.

1.8.1 O projeto de apoio pedagógico da UFSC

O Apoio Pedagógico é um Projeto desenvolvido pelo Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação (DPA) da PREG, em parceria com a PRAE.

Uma das preocupações da PREG diz respeito aos índices de reprovação em algumas disciplinas e à evasão de alunos. Por isso, o Deptº de Apoio Pedagógico e Avaliação (DPA) tem, entre seus objetivos, diminuir tais índices e estabelecer programas para que os alunos aprimorem conteúdos e desenvolvam técnicas de aprendizagem. Várias ações já estão em curso, tais como: manutenção da monitoria nos vários

³¹ Conforme Resolução Normativa N° 008/CUN/2007, artigo 12.

departamentos, auxílio pedagógico prestados por bolsistas de pós-graduação (REUNI) e cursos complementares (gratuitos) em disciplinas básicas, oferecidos semestralmente³².

A proposta do projeto Apoio Pedagógico está inserida no PAA da UFSC, visando auxiliar a permanência dos estudantes no meio acadêmico. As disciplinas oferecidas pelo Apoio Pedagógico auxiliam a sanar dificuldades encontradas pelos estudantes oriundos de escola pública, no ensino e aprendizagem do ensino médio, sendo um instrumento na formação discente, ajudando a esclarecer dúvidas e solucionar problemas referentes às disciplinas junto aos cursos de graduação da UFSC.

As aulas do Apoio Pedagógico destinam-se especialmente para os estudantes de primeira a quinta fase dos cursos de graduação da UFSC, no caso de disponibilidade de vagas, podem participar alunos de outras fases. O Programa oferece cursos básicos das disciplinas de Bioquímica, Física, Inglês, Matemática, Química e Produção Textual, ministradas em duas aulas semanais, tendo cada disciplina duas turmas durante a semana no período vespertino e noturno (à escolha do estudante, conforme o número de vagas) com duração de três meses.

Segundo a Assistente Social Corina Martins Espíndola, a viabilização do Apoio Pedagógico aos estudantes oriundos de instituições de ensino público é fundamental para permanência desses na UFSC, pois permite que muitos deles possam superar as dificuldades de aprendizagem do ensino médio em diversas disciplinas que são determinantes para a vida acadêmica. Assim, é importante que todos os estudantes que estão nas fases iniciais participem³³.

O projeto teve início em 2009, oferecendo um total de 180 vagas no campus de Florianópolis. No segundo semestre de 2010, ampliou suas vagas para 240 em Florianópolis, e expandiu o projeto em mais 100 vagas para o campus de Araranguá e 80 vagas para o campus de Curitibanos, totalizando 420 vagas.

A atividade realizada entre o PAA e o Projeto Apoio Pedagógico é uma idéia de trabalho coletivo. Essa parceria vem firmar a proposta de desenvolvimento de atividades acadêmicas de apoio aos alunos de graduação da UFSC, com a missão de contribuir para a diminuição dos índices de reprovação e de evasão escolar.

1.8.2 Os programas de permanência e a assistência estudantil da UFSC

³² Depoimento da Prof. Dra. Bernadete Limongi - Diretora do Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação – DPA. Disponível em: <<http://apoio pedagogico.ufsc.br>>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.

³³ A Assistente Social Corina Martins Espíndola é Supervisora dos Programas de Inclusão do projeto.

A assistência estudantil na UFSC está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social.

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA atua em parceria com a PRAE, divulgando e orientando os acadêmicos sobre os programas de permanência, com base assistência estudantil da universidade. O objetivo da assistência estudantil é “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”³⁴.

Os programas de assistência social estudantil têm objetivo de proporcionar condições básicas para a concretização do direito à Educação Pública e de qualidade através da prestação de serviços socioassistenciais aos alunos que deles necessitem, possibilitando com isso a permanência desses alunos na escola. O principal objetivo da implementação desses programas é intervir nas relações sociais e nas questões de ordem sócio-econômicas que afetam e/ou dificultam a concretização do processo ensino-aprendizagem³⁵.

As ações voltadas à permanência dos estudantes na universidade asseguram condições de ensino com dignidade e patamares de qualidade, com o intuito de formar cidadãos com conhecimentos aperfeiçoados. A assistência estudantil deve ser compreendida como responsabilidade institucional visando a permanência e efetivação da conclusão dos egressos. Nesse contexto, julga-se como extremamente necessária a articulação na universidade das ações voltadas a permanência.

Os programas oferecidos pela UFSC visando à permanência dos estudantes são desenvolvidos pela PRAE, a fim de desenvolver políticas estudantis para interar o estudante no meio acadêmico. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atende demandas sociais apresentadas pelos estudantes da graduação da UFSC.

A PRAE tem como missão:

Desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas para o acesso, para a permanência e para a conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias³⁶.

³⁴ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 de outubro de 2010

³⁵ Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/natalzonanorte/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 16 de outubro de 2010.

³⁶ Disponível em: <<http://www.prae.ufsc.br>>. Acesso em: 12 de outubro de 2010

O estudante que desejar ser atendido pelos programas de permanência deve ter seu cadastro socioeconômico aprovado junto a Coordenadoria de Serviço Social (CoSS) da PRAE. A divulgação desses programas de permanência acontece no período da matrícula dos calouros através da distribuição de folders informativos, na primeira semana de aula das turmas de primeira fase de cada curso e encontram-se também no site da UFSC e do PAA.

Os programas de permanência oferecidos pela PRAE são:

Bolsa Permanência: objetiva atender ao estudante de graduação, de baixa renda, possibilitando auxílio financeiro para sua manutenção, em atividades orientadas, avaliadas e vinculadas à sua área de formação. A carga horária da bolsa é de 20 horas semanais, com o valor de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais).

Moradia Estudantil / Auxílio Moradia: a moradia Estudantil conta com 157 vagas. As inscrições para seleção acontecem mediante abertura de edital. Para inscrever-se o estudante deve estar com o cadastro socioeconômico aprovado na Coordenadoria de Serviço Social e ser proveniente de outros municípios. O critério de seleção é socioeconômico. Para os alunos que tentaram uma vaga na moradia e foram classificados, mas ainda precisam aguardar uma vaga, a UFSC dá um auxílio no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme disponibilidade de bolsa na PRAE.

Isenção do Restaurante Universitário (RU): o RU serve almoço e jantar diariamente no valor de R\$ 1,50, sendo necessária a compra de passe e apresentação do cartão de estudante da UFSC. Os estudantes com cadastro socioeconômico aprovado podem solicitar isenção do RU, para almoço e janta, conforme a necessidade. O pedido é analisado pela Coordenadoria de Serviço Social da PRAE e se aprovado, o estudante terá acesso livre para fazer refeições no RU, através do uso do cartão de estudante da UFSC.

Auxílio Medicação: antes de recorrer ao auxílio para compra de medicamentos, o estudante deve verificar se a medicação indicada, conforme orientação médica está disponível na Farmácia Escola (localizada ao lado do Banco do Brasil – Campus UFSC). Caso não esteja disponível, deverá fazer o orçamento na Farmácia do SESI e posteriormente apresentá-lo no Serviço Social – CoSS/PRAE, juntamente com o requerimento justificando a necessidade do uso da medicação e anexando a cópia da receita médica.

Bolsas para Cursos Extracurriculares: o Departamento de Letras da UFSC oferece, semestralmente, cursos extracurriculares de inglês, francês, espanhol, alemão, chinês e italiano, além de preparação para TOEFL e português para estrangeiros. Antes da matrícula, o candidato deve passar por um teste de nivelamento. O Serviço Social, vinculado à PRAE, oferece bolsas integrais aos estudantes.

Auxílio para material didático: os estudantes que encontrarem dificuldades para acompanhar as aulas por falta de material didático (xérox, material para aula prática) devem procurar a Coordenadoria de Serviço Social/PRAE e fazer uma solicitação por escrito, para que as profissionais analisem a possibilidade de atendimento.

Atendimento Psicológico: os estudantes que necessitarem de atendimento psicológico devem procurar a CoSS/PRAE. Os interessados deveram comparecer na Coordenadoria de Serviço Social onde inicialmente serão atendidos pela assistente social que posteriormente fará o encaminhamento para atendimento com psicóloga na PRAE.

Os atendimentos prestados pela CoSS/PRAE são de grande importância para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica. Para isso, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado, a uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições.

SEÇÃO II

Nesta segunda seção, será apresentado como se deu o processo de legitimação da profissão de Serviço Social no Brasil, quais fatores contribuíram para seu reconhecimento, sua legislação e o processo de modernização que a profissão passou.

Apresenta-se ainda, o perfil do profissional de Serviço Social inserido na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC.

2. A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social se institucionaliza no Brasil nos anos de 1930, decorrente de uma situação histórica, e de um processo cumulativo de acontecimentos na sociedade brasileira nos setores político, econômico, social e religioso. Nesse período, o país estava em processo de industrialização e urbanização, o que foi considerado um fenômeno com efeitos sociais, pois, gerava a passagem de um estilo de vida rural para o urbano-industrial, ocasionado pelos deslocamentos dos imigrantes (LIMA, 1982).

A emergência da profissão estava relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, Igreja Católica e Estado Vargasista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações e pauperismo populares, advindos da relação capital x trabalho. Seu surgimento se dá como parte das estratégias do Estado, para atender a questão social³⁷, via execução direta de políticas sociais (SERVIÇO SOCIAL, 2010).

A questão social era outro problema que vinha se colocando desde a transição do sistema industrial. Para Nagle:

A questão social foi um dos resultados do desenvolvimento do capitalismo nacional e ganha importância por volta de 1920, quando se transforma em problema social, isto é, indica desequilíbrio de natureza estrutural. A questão vai definir um dos elementos da crise social desencadeada na década dos vinte, crise que, alias, esteve presente em todo o sistema capitalista – pois é o problema das relações entre o trabalho e o capital (2009, p.41).

Ainda nos anos 1930, “o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o

³⁷ “A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política” (YAZBEK, 2009, p. 127).

Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista” (YAZBEK, 2009, p. 129-130). O governo Vargas, ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais.

A Igreja Católica teve particular importância na estruturação do perfil da emergente profissão no país, sendo responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros Assistentes Sociais brasileiros (YAZBEK, 2009).

Ainda vinculada ao catolicismo, em 1932 é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade considerada como fundadora e mantedora da primeira Escola de Serviço Social no país. O CEAS surge como um curso intensivo de formação para moças, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, em 15 de maio de 1932. O curso encontrou grande aceitação entre as jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social. Em sua programação teórico-prática, o CEAS realizava visitas em instituições beneficentes, sendo mantido com mensalidades das sócias e tinha como objetivo difundir a doutrina e a ação social da Igreja, o que reafirmava seu caráter altamente religioso (YAZBEK, 2009).

Yazbek mostra a relação do CEAS com a Igreja Católica e com o Serviço Social:

O Centro desenvolve uma programação de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas etc. Em 1934, assume a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo (organiza a primeira semana de Ação Católica). O Centro criou também quatro Centros Operários ainda em 1932. Mais tarde, esses Centros se constituíram em sedes da Juventude Operaria Católica e serviram como campos de estágio para alunas do Curso de Serviço Social. Simultaneamente, o CEAS envia à Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o Curso de Serviço Social. D. Odila já tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. Mesclando, portanto, a visão francesa social belga, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira escola de Serviço Social (2009, p.130-131).

É na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se pela busca da recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da questão social. Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a questão social é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Para seu enfrentamento seria necessária uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK, 2009).

Para Estevão (1992), o Serviço Social era realizado por moças boazinhas, convocadas pela igreja, que tinham dó dos pobres. Assim a assistência era respaldada em justificativas

religiosas e ideológicas. Mais tarde, o que se fazia por vocação religiosa passa a ser profissão. Amplia-se a prática para caso, grupo e comunidade e com o fortalecimento da luta de classes o profissional volta-se para a classe operária desfavorecida, já que o assistente social se identifica com classes subalternas enquanto também assalariado.

As exigências da reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos explicitam-se em demandas por bens e serviços, pressionando o Estado por uma ação assistencial. Assim, na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. (YAZBEK, 2009).

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhadores de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais (YAZBEK, 2009, p.132).

O Serviço Social foi gradativamente sendo impulsionado pelo Estado para a profissionalização do assistente social e para a ampliação do seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. A profissionalização e legitimação do Serviço Social ocorreram de fato na década de 1940, com a expansão da industrialização e com o surgimento das estatais e o aumento do proletariado urbano, das migrações internas e a necessidade de controlar e absorver estas situações, por parte dos governantes, sendo que o Estado tenta incorporar as reivindicações populares e cria instituições que ampliam o mercado de trabalho para os Assistentes Sociais, que eram considerados profissionais essenciais para agregação popular. (YAZBEK, 2009).

Para Iamamoto (1999), agora, já assalariados, os Assistentes Sociais já não são da classe dominante, mas da classe dominada e passam a ser uma das engrenagens de execução de política social do Estado se colocando a serviços dos usuários (setores dominados na sociedade). Isto se dá mais em práticas de universidade, ONGS, igrejas, mas também em organismos públicos.

O Serviço Social sente necessidade de se modernizar, sendo que na década de 1960 ele buscava a neutralidade, frieza, distanciamento para aprimoramento de métodos. Na década de 1970, se pautava pelo respeito à pessoa humana, respeito à dignidade humana e considerava

que todo ser tem capacidade de se aperfeiçoar e se desenvolver, sendo hoje um intelectual orgânico, colocando seu saber a serviço de outro, atuando nos direitos/cidadania, considerando o sujeito capaz de modificar sua realidade (ESTEVÃO, 1992).

Nos anos 60 e 70 há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo. O Serviço Social se laiciza e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto. O profissional amplia sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares. E se intensifica o questionamento da perspectiva técnico-burocrática, por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas (CRESS/RJ, 2010).

Conforme o Conselho Regional do Rio de Janeiro, nos anos 1980 houve a inauguração do debate da Ética no Serviço Social, buscando romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética do humanismo cristão. No Código de Ética Profissional aprovado em 1986, foi assumida claramente a idéia de compromisso com a classe trabalhadora, como também o avanço da profissão através da ruptura com o corporativismo profissional, inaugurando a percepção do valor da denúncia, inclusive as formuladas por usuários. Referente a formação profissional, no ano de 1982 busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, através da revisão curricular, superado assim, a metodologia tripartite e a disseminação da idéia de junção entre a técnica e o político. Nesse mesmo período, há ainda a democratização das entidades da categoria, e a conquista de destaque pelo Conjunto CFESS/CRESS no processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social (CRESS/RJ, 2010).

Nos anos 1990 o Serviço Social amplia seus campos de atuação passando a trabalhar no chamado terceiro setor, nos Conselhos de Direitos e ocupa funções de assessoria entre outros. Assim sendo, embora já regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais organizatórias e técnicas para o desempenho de seu trabalho. Isso não significa que a profissão não disponha de autonomia, e de algumas características que se encontram presentes nas profissões liberais como: a singularidade estabelecida na relação com seus usuários, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos, a presença de um Código de Ética que orienta suas ações e a regulamentação legal da profissão (YAZBEK, 2009).

O Serviço Social já teve diversos Códigos de Ética (1947, 1965, 1975 e 1993) que expressam os diferentes momentos vivenciados pela profissão. O Código de Ética atual (1993), afirma os princípios fundamentais da profissão e dispõe sobre direitos e deveres do profissional, bem como os parâmetros éticos nas relações com usuários, outros profissionais, com a justiça, com empregadores, dentre outros.

É importante considerar que foi em 1993 que o Código de Ética do Serviço Social foi aprovado, despertando o interesse da categoria para estudos pertinentes à “ética”. A partir do Código e do acúmulo teórico existente no Serviço Social, em meados dos anos 1990 a categoria passa a aproximar suas discussões das questões pertinentes à dimensão técnico-operativa de maneira propositiva, reiterando a necessidade de consolidar no cotidiano de intervenção profissional os pressupostos anunciados desde o Movimento de Reconceituação. Essa aproximação ganha destaque nos fóruns de debates da categoria profissional, evidenciando novas preocupações que levaram à aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996. Momento marcante para o Serviço Social brasileiro, uma vez que a revisão curricular enfatizada pelas Diretrizes sinaliza para o fato de que não basta garantir aos Assistentes Sociais um discurso de vanguarda dentro de referenciais crítico-dialéticos, é imprescindível atentar para a necessidade de expressar, no momento da intervenção, consistência, clareza e coerência teórica, ou seja, implica em transcender o discurso teoricista de modo a construir ações profissionais que sejam capazes de materializar o pensamento e o discurso profissional (LIMA, 2006, p. 12 – 13).

Segundo considerações de Netto (2005), a construção do projeto profissional evidencia-se como uma estrutura dinâmica que se transforma a partir de modificações referentes ao quadro de necessidades sociais com as quais a profissão opera; de transformações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nos diferentes momentos históricos; e de alterações decorrentes do próprio processo de desenvolvimento da profissão.

O profissional de Serviço Social deve orientar-se pela lei que regulamenta a profissão de Serviço Social (Lei 8662, de 7 de Junho de 1993, que dispõe sobre a profissão e dá outras providências) e pelo Código de Ética Profissional. É baseado nesses parâmetros que nos anos 1990 o Serviço Social vai construir seu projeto ético-político.

O projeto ético-político constitui-se, portanto, em um processo que se apresenta em contínuo movimento capaz de incorporar novas questões, assimilar problemas diversos e enfrentar os desafios (NETTO, 2005). Dessa forma, toma corpo o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena realização dos sujeitos, sendo que a dimensão política desse projeto é explicitada quando

ele se posiciona em favor da equidade, e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes

trabalhadoras. Em decorrência o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2005, p. 290).

O Código de Ética de 1993 é parte da renovação profissional e inaugura uma “nova ética profissional” que busca, por sua vez, o desenvolvimento das capacidades e objetiva a sociabilidade, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico (BARROCO, 2005). O referido Código condensa também o debate acerca dos Direitos e da Cidadania, uma vez que a categoria profissional estava sintonizada com a abertura democrática e com os avanços legais ocorridos a partir da Constituição Federal de 1988. O projeto ético-político assume assim, o compromisso com a construção da cidadania para todos, a defesa, a ampliação e a consolidação da esfera pública (IAMAMOTO, 1999).

O Código de Ética do Serviço Social de 1993 representa um marco para a categoria, pois, elaborado democraticamente, afirma não apenas um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional, cuja direção social, fundamentada sob a Teoria Social Crítica, postula o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social através da montagem de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção que lhe é inerente (MIRANDA; CAVALCANTI, 2005, p.14).

O Código de Ética de 1993 baseia-se nos seguintes princípios fundamentais (CFESS, 1993):

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Para atingir tais objetivos é preciso dirigir-se não apenas a ética, mas também o conhecimento e o saber profissional, para a construção dessas novas estratégias de poder que possibilitem o enfrentamento concreto das desigualdades sociais, entendendo-se que todas as condutas profissionais têm implicações práticas e podem concorrer para distintos projetos e soluções.

Apesar de sua singular importância, o Código de Ética não pode ser visto isoladamente, devendo ser articulado aos demais mecanismos e instrumentos legais instituídos, tais como:

- a Constituição Federal – que prevê, de acordo com seu art. 193, o bem-estar e a justiça social como objetivos da ordem social, e compreende pelo art. 194, a assistência social, a saúde, e a previdência como tripé da seguridade social;
- a Lei Federal 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social, e no seu artigo 4º indica as competências dos Assistentes Sociais relacionadas à prestação de serviços diretos à população e às instituições. Dentre elas, destacam-se: a) a orientação social a indivíduos, grupos e à população; b) a assessoria e o apoio aos movimentos sociais em relação às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; c) a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Prevê ainda as ações de pesquisa que subsidiam o exercício profissional, o planejamento, a organização e os estudos socioeconômicos.

Nesse debate, a Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares para a área de Serviço Social integram a base de sustentação desse projeto profissional. Ganham sentido como tal porque, segundo Iamamoto (2002, p. 22), a Lei “representa uma defesa da profissão na sociedade e um guia para a formação acadêmico-profissional” e as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 “materializam um projeto de formação profissional que vem sendo construído coletivamente no bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, como um dos pilares do processo ético-político da profissão”.

As Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 significam um avanço ainda maior para a profissão, uma vez que a ênfase do ensino deixa de ter um viés teoricista, o que é evidenciado na presença das três dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) orientando o “ensino da prática” (LIMA, 2006, p 36).

A partir da caracterização do projeto profissional acima apresentado infere-se que ele envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. (NETTO, 2005). São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente. Portanto, a concretização desse compromisso esbarra em inúmeras dificuldades que impõem limites para a concretização do projeto ético-político, pois, o projeto implica entender temas que ainda não foram contemplados pela profissão, e que necessitam ser retomados e aprofundados.

Baseado em tais considerações, destaca-se que a hegemonia conquistada pelo projeto ético-político do Serviço Social não significa que este projeto esteja completo, ou que seja unânime no interior da categoria profissional por que

por uma parte, não se desenvolveram suficientemente suas possibilidades, por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de práticas profissionais (nesse terreno se tem muito que fazer); por outra parte, a ruptura do quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu as tendências conservadoras e neoconservadoras pelo contrário [...] a heterogeneidade dos coletivos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a disputa entre projetos diferentes (NETTO, 2005, p. 291).

De acordo com Barroco (2005), faz-se necessário consolidar uma intervenção ético-política consciente e responsável quanto às ações profissionais voltadas para que busquem a ampliação dos limites da cidadania inscrita na sociedade capitalista atual. Assim, um projeto profissional que se propõe à realização e a ampliação dos Direitos só poderá se manter se puder contar com uma base social de sustentação política, de acordo que permita situar-se na práxis política como o meio adequado para a realização da ética profissional.

Dessa forma, reconhece-se que:

a competência ético-política dos Assistentes Sociais não está restrita apenas à vontade política e à adesão a valores, mas se refere à capacidade desses profissionais de torná-la concreta através da apreensão, como uma unidade, das dimensões ética, política, intelectual e prática (LIMA, 2006, p. 38).

Considerando as menções feitas anteriormente, a conclusão a que se pode chegar, é que os debates que ocuparam os profissionais a partir da metade da década de 1990 sinalizaram desafios envolvendo o “fazer profissional”, e rompendo com o conservadorismo histórico (IAMAMOTO, 1999).

As particularidades da profissão vão surgindo de acordo com as demandas decorrentes dos grupos e classes sociais, que configuram o mercado de trabalho do Assistente Social.

[...] no decurso de sua trajetória, o Serviço Social profissional vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional (YAZBEK, 2009, p.134).

As novas particularidades observadas nos anos 2000 mostram uma nova conjuntura, provocando novas disputas em torno da questão social e do papel a ser cumprido pelas políticas sociais. Verifica-se a proliferação de cursos de graduação privados de baixa qualidade, implantação do ensino de graduação à distância, o que pode ser visto como prejuízo ao ensino presencial. Reduz-se a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos, gerando novos desafios para a luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços prestados pelos Assistentes Sociais. Do ponto de vista da demanda da sociedade brasileira o Serviço Social continua desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade (CRESS/RJ, 2010).

Nesse período surge também uma maior preocupação com ações que possam minimizar e gradativamente diminuir as distâncias socioeconômicas que permeiam a vida da sociedade brasileira. Assim sendo, o Serviço Social irá também atuar nessa demanda que vai apresentando-se na sociedade. Percebe-se que

os assistentes sociais realizam uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

Assim, esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado.

Baseado no princípio dos direitos, a profissão vem debatendo ações para promoção do bem-estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais com intenção de ampliar as ações de inclusão social. A inclusão social é a busca da afirmação de direitos que há muito tempo vem sendo negados.

Nesse contexto surgem as ações afirmativas para

tratar com igualdade pessoas diferentes, pois, o regime escravista proporcionou uma visão negativa do negro, desqualificando-o enquanto pessoa e diante disso, conseqüentemente não necessitaria de educação e direitos tendo em vista a utilidade e a coisificação criadas em torno dele. Dessa forma, o afrodescendente não se torna ator social e sujeito da história; restando-lhe a mera condição de objeto da história (NASCIMENTO, 2010, s/p).

Porém, não é somente o negro que é excluído dos direitos na sociedade, outros segmentos da sociedade como as mulheres, indígenas, entre outros, também são alvos da discriminação social, educacional e de acesso aos direitos, que permeia o país. O que o negro e os outros segmentos excluídos necessitam é da participação e usufruto dos bens, riquezas e oportunidades, querem, é o direito à cidadania, a cultura, educação, trabalho digno e participação das políticas públicas de caráter social. Os programas de ações afirmativas são na verdade políticas de correção de desigualdades sociais e formas de efetivação de direitos. Portanto, defender as ações afirmativas é de fato se posicionar contra o mito da democracia racial e a exclusão social existente no Brasil.

As ações afirmativas têm seus limites, principalmente porque não mexem com a estrutura social como um todo, mas se constituem como instrumento de ampliação de direitos, nesse caso o direito à educação, portanto é de “fundamental importância que se compreenda que os programas de ações afirmativas não como mecanismo fim e sim, como políticas públicas ou privadas que servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais” (NASCIMENTO, 2010, s/p).

Reconhecer os segmentos minoritários como um setor historicamente desfavorecido e discriminado na sociedade, na educação, no mercado de trabalho, etc, e tratá-lo de modo diferenciado, por meio de Ações Afirmativas, não configura uma atitude discriminatória.

Portanto, defender um horizonte de mais igualdade na sociedade, tomando como estratégia a implementação de Ações Afirmativas, constitui-se numa alternativa que

articula a noção de desrespeito à diversidade étnica, sexual e cultural com a idéia de igualdade moral, sendo mais uma estratégia política, ainda que bastante limitada, que vem a somar no processo de criação de uma sociedade radicalmente democrática, tendo no horizonte o ideal da igualdade (INÁCIO, 2002, p. 79).

O debate sobre as ações afirmativas está apenas começando, e acredita-se que o Serviço Social continuará tendo um papel importante na defesa dos direitos sociais da população trabalhadora, no entanto, sem perder de vista a crítica sobre as políticas sociais, que podem se tornar compensatórias. Dentre essas iniciativas estão àquelas voltadas para a implantação de políticas de ações afirmativas, que exigem dos assistentes sociais observarem, de acordo com seu projeto ético-político, seus limites e possibilidades.

2.1 O Profissional de Serviço Social na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC

O trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA é pautado em uma política de ampliação do acesso aos cursos de graduação oferecidos pela UFSC e no estímulo à permanência dos ingressos na Universidade oriundos de escolas públicas, autodeclarados negros e pertencentes a povos indígenas.

Inserido na Comissão encontra-se o profissional de Serviço Social, atuando diretamente com os estudantes que ingressaram na UFSC pelo do PAA, buscando através do atendimento individualizado e grupal, a transmissão das informações fundamentais para a viabilização da permanência desses estudantes na Universidade.

Nesse sentido, o profissional de Serviço Social através da intervenção, organiza sistematicamente ações em resposta às expressões da questão social que os Assistentes Sociais se defrontam no exercício da sua profissão, e que no caso do Serviço Social presente no PAA da UFSC, vão ser encontradas nas demandas que os estudantes cotistas trarão.

O papel fundamental do Serviço Social na Comissão tem sido pautado na busca da democratização da informação, na socialização das informações do Programa, internamente e externamente. O desafio profissional é que o Programa de Ações Afirmativas seja divulgado para o seu público alvo, ou seja, toda a comunidade, os alunos de escola pública, os negros e indígenas (ENTREVISTADO A).

O Serviço Social presente na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA, não possui um projeto de trabalho específico. A ausência de um planejamento de atribuições

profissionais definidas *a priori* dentro da estrutura da Comissão, não seria possível, tendo em vista que o Serviço Social não compõe obrigatoriamente a equipe. Na estrutura inicial, indicada por documento oficial da UFSC, encontra-se prevista a participação de um técnico administrativo, que neste caso coincidentemente é um assistente social.

Assim, as atribuições desse profissional, que serão detalhadas a seguir, foram construídas pelo profissional que atualmente se encontra na Comissão, que elaborou essas ações através da demanda que foi encontrando no seu trabalho diário no PAA, e a partir da necessidade do repasse de informações ao público alvo do Programa, para que as ações que foram previstas pela Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, sejam efetivadas.

Compreende-se que a prática profissional do Assistente Social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que esta prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais (GODINHO, 2009, s/p).

O Assistente Social no âmbito Comissão tem como atribuição as seguintes ações:

- Planejamento e execução de ações que viabilizem o repasse das informações referentes ao PAA da UFSC à comunidade externa e aos alunos do ensino médio oriundos de escola pública;
- Coordenação de ações que envolvam as questões relacionadas à permanência dos estudantes do PAA;
- Coordenação de pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do PAA;
- Execução de ações que possibilitem a divulgação dos programas de assistência estudantil oferecidos pela PRAE, para os estudantes da UFSC, em especial os ingressos pelo PAA;
- Articulação e parcerias com órgãos internos e externos da UFSC em ações que possibilitem o acesso as informações dos diversos serviços existentes que podem ser utilizados pelos estudantes do PAA.

Com referência as políticas voltadas para o acesso dos estudantes que pleiteiam uma vaga na universidade, o Assistente Social da Comissão, atua na divulgação de material informativo (folders) através de visitas em escolas públicas, como já apresentando anteriormente na discussão referente às políticas voltadas ao acesso, de acordo com a Resolução Normativa nº 008/CUn/2007.

No que se referem aos atendimentos dos estudantes ingressos pelo PAA, o Assistente Social faz individualmente o atendimento do estudante, registrando em instrumento de acompanhamento individual, a identificação do acadêmico, o relato do atendimento e os possíveis encaminhamentos. Os registros referentes aos atendimentos prestados pelo profissional de Serviço Social do PAA são realizadas com o objetivo de sistematizar e aperfeiçoar as ações desenvolvidas, e para uma posterior verificação se os encaminhamentos que foram dados obtiveram resultados.

Na ação profissional do Assistente Social inserido na Comissão do PAA, estão presentes também as reuniões.

As reuniões que a Comissão do PAA realiza são:

- Reuniões com as bolsistas e estagiárias do Curso de Serviço Social da UFSC que compõem o quadro da Comissão. De acordo com a regulamentação sobre a disciplina de estágio, essas reuniões devem ser realizadas individualmente e em grupo;
- Reuniões internas da própria Comissão do PAA, como citado anteriormente.

As reuniões internas realizadas pela Comissão têm como objetivo avaliar o trabalho e as ações desenvolvidas pelo Programa. A participação dos membros nesse processo é muito importante. De acordo com a Assistente Social da Comissão, não existe um calendário específico para essas reuniões acontecerem, mas destaca que, no princípio essas reuniões eram mensais, mas hoje existe uma comissão mais administrativa que é composta pelo Presidente o Professor Marcelo Tragtenberg, a Professora Larissa Antonella Azevedo e a Assistente Social da Comissão, destacando que essa coordenação está voltada mais para os encaminhamentos administrativos. Geralmente essas reuniões da Comissão administrativa do PAA, são quinzenais e as demais são mensais. Destaca que sempre quando necessário, elas podem passar para quinzenais ou semanais³⁸.

No âmbito da Comissão, fica atribuída ao Assistente Social a realização de entrevistas, sempre que necessário, com estudantes da UFSC ingressantes através do PAA, objetivando conhecer o seu cotidiano, suas expectativas e as dificuldades que encontra em permanecer na UFSC.

A entrevista é utilizada pelo profissional de Serviço Social, não apenas para obtenção de dados, e sim, o conteúdo obtido a partir da entrevista compõe o

³⁸ Informações coletadas em reunião de apresentação do trabalho do Serviço Social na Comissão, na data de 1º de junho de 2010.

processo de diálogo e reflexão estabelecido entre usuário e Assistente Social, indispensável ao estudo social e encaminhamento do caso.

O elemento essencial da entrevista é o diálogo, que permite troca de informações entre duas ou mais pessoas inseridas na problemática, na qual interage o profissional de Serviço Social e usuários em busca de uma solução para a situação que o desafia. A entrevista permite o estabelecimento de uma relação clara e objetiva entre o Assistente Social e usuário, considerando aspectos que contextualizam a situação do usuário, compreendendo as relações que envolvem a sua realidade, bem como a situação específica que originou o processo de entrevista.

Durante o processo de entrevista o Assistente Social precisa ter habilidades técnicas para iniciar, desenvolver e concluir uma entrevista, quando fazer e não fazer perguntas, quando tomar notas, alguns Assistentes Sociais tomam notas no início da entrevistas sobre alguns dados pessoais do usuário (SILVA, 2001, p. 01).

Helder Sarmiento (1994, p. 284) também destaca a importância da entrevista, julgando necessário um conhecimento “sobre a natureza humana, no que se refere aos seus sentimentos e às atitudes das pessoas diante de suas dificuldades”. Significa dizer que o Assistente Social precisa conhecer os motivos que determinam o comportamento humano que podem estar explicado ou não os sentimentos, temores, expectativas, princípios e moral das pessoas diante de suas dificuldades e relações durante o processo de entrevista.

O profissional de Serviço Social da Comissão tem algumas ações consideradas como primordiais para o desenvolvimento do seu trabalho. Essas ações expressam-se por meio do acolhimento, da orientação e do acesso a informações.

2.1.1 Acolhimento, Informação e Orientação ao estudante ingresso pelo PAA

O atendimento aos ingressantes pelo PAA é realizado através de acolhimento do estudante que chega até a Comissão. Nesses casos é realizada a identificação desse estudante, buscando saber o que o fez procurar o Serviço Social e qual a situação vivenciada pelo mesmo. Após a realização da entrevista é feita uma avaliação sobre a situação do estudante, para planejar os encaminhamentos a serem dados referentes à sua situação.

O acolhimento é individualizado, é realizado pelo profissional de Serviço Social da Comissão do PAA. Geralmente os estudantes são encaminhados para o acolhimento pelos centros de ensino, ou os mesmos procuram a Comissão voluntariamente.

Acolher bem o estudante ingresso na Universidade é de fundamental importância para que o mesmo possa sentir segurança em situar-se no espaço acadêmico. O acolhimento é importante para estabelecer de forma clara e segura uma comunicação entre o ingresso e a instituição.

E a partir do momento que o aluno ingressa na Universidade, existe toda uma atividade de acolhimento, porque quando o aluno chega, ele precisa ter orientações. Na questão do negro, nós temos uma atividade conjunta com a Comissão de Validação para que possamos tornar aquele momento, que é um momento obrigatório e tenso para alguns candidatos. Nesse acolhimento a gente pode estar dando orientação, dizendo para eles que existe uma Universidade que oferece Programas de Assistência Estudantil, e como ele pode procurar. Acima de tudo é importante o papel da Comissão. É importante que o profissional de Serviço Social da Comissão, conheça as necessidades e a realidade vivenciada pelo estudante, para que possa melhor orientá-lo nos caminhos que possam levar esse estudante a superar as dificuldades que ele apresenta (ENTREVISTADO A)³⁹.

O Assistente Social atua também no processo de informação ao estudante, sobre as políticas voltadas para permanência do aluno ingresso pelo PAA, situando o mesmo nos demais programas e benefícios de apoio às políticas estudantis, onde destacam-se: o programa de moradia estudantil, auxílio moradia, assistência saúde, concessão de auxílio para aquisição de material escolar, bolsa permanência, bolsa alimentação, inclusão digital, transporte para eventos, congressos, simpósios, viagens de estudos, entre outros.

Em alguns casos, o Serviço Social da Comissão não consegue resolver isoladamente a demanda apresentada pelo estudante, então realiza contatos com outros setores da UFSC ou setores externos, com o intuito de verificar a possibilidade de encaminhamento para atendimento da situação apresentada pelo estudante. Cita-se como exemplo: o estudante apresenta dificuldade para manter despesas com alimentação, é feita a orientação do programa de bolsa alimentação na PRAE, o que precisa para inscrever-se, entre outras orientações necessárias. Neste sentido, julga-se de fundamental importância o trabalho do Assistente Social inserido no PAA, para que cheguem de forma igualitária aos futuros acadêmicos e aos estudantes que já se encontram inseridos no ensino superior, as informações e orientações relacionadas às oportunidades de preparação, acesso e permanência oferecidas pela instituição.

Eu tenho certeza que o Serviço Social desempenha um papel fundamental porque através desse trabalho realizado junto as escolas, junto aos alunos ingressantes pelo PAA, no acompanhamento desses alunos na Universidade, o Serviço Social contribui sim para efetivação do Programa porque a gente está dizendo o tempo todo: o Programa existe, ele é institucional e a Universidade têm que viabilizar a permanência desses alunos. A Universidade tem um papel fundamental nesse processo e o Serviço Social da Comissão têm ajudado muito nessa afirmação (ENTREVISTADO A).

³⁹ As informações referentes ao entrevistado intitulado de ENTREVISTADO A, foram coletadas em reunião de apresentação do trabalho do Serviço Social na Comissão, na data de 1º de junho de 2010.

O acesso a informação, constitui-se como um direito legalmente instituído no campo das políticas sociais, mas o trabalho do profissional de Serviço Social na Comissão vai além da demanda de simplesmente informar, e sim, busca a efetiva inclusão desse estudante na Universidade, pois, a igualdade deve ser aplicada a todos os membros, sem nenhuma distinção de religião, sexo, raça, classe social, etc. Portanto, o assistente social busca garantir a igualdade das oportunidades a todos os estudantes, para alcançarem a igualdade de fato. Segundo Bobbio (1996, p. 34) “o princípio a cada um segundo a necessidade é considerado o mais igualitário de todos os princípios”.

Como vocês já devem ter observado aqui no nosso trabalho, é num telefonema, em uma orientação, ao encontrar um aluno perdido na Universidade, e não precisa ser aluno de ações afirmativas. Um grande desafio da nossa área social é a questão da informação, como chega a informação, como vamos divulgar e prestar a informação correta. Isso é um desafio que eu vejo para o profissional como uma questão fundamental (ENTREVISTADO A).

O direito a informação pressupõe que a compreensão destas informações pelos sujeitos, é de fundamental importância para que ele possa construir uma consciência crítica de sua própria história. A Assistente Social da Comissão destaca que se deve trabalhar com os alunos ingressantes do Programa, toda sua formação política no sentido de que ele se assuma como sujeito da história, porque na Universidade existem muitas situações de preconceitos e o racismo se torna presente e forte, julgando ser muito importante que esses alunos tenham um conhecimento, para poder nos locais onde estiverem, seja na sala de aula, ou em qualquer outro ambiente, se sentir capaz de defender sua posição enquanto cotista (ENTREVISTADO A).

O Serviço Social por ser uma profissão que trabalha com direitos, prima pela orientação e informação, buscando a redução das desigualdades no ensino superior, sendo assim, é necessário que esse profissional tenha muita clareza da responsabilidade de seu trabalho, pois, não basta questionar-se sobre o que compete ou não a profissão, e sim, que se perceba enquanto profissional a visão da inclusão, porque muitas vezes no agir profissional acaba-se deixando isso de lado. Então é importante que se tenha essa visão de inclusão e de ver qual é a ação que se pode ter que vai possibilitar o outro a ter uma informação para que ele possa traçar o caminho.

SEÇÃO III

3. O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO PAA NESTE PROCESSO

Ao examinar e discutir o ato de pesquisar em seus principais fundamentos, destacamos o questionar reconstrutivo e o problematizar que acompanham todo o processo da pesquisa em seu movimento de construir e reconstruir conhecimentos. Pesquisar é envolver-se em um processo. É ato dinâmico de questionamento de conhecimentos existentes, visando novas formas de expressá-los, novos modos de compreendê-los (HANDERSON, 2010, p. 54).

Como aspecto final desta observação preliminar sobre o tema aqui tratado, este capítulo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte será apresentada como se deu a realização das ações voltadas à proposta de investigação que abrange o problema de pesquisa, a justificativa da temática, os sujeitos envolvidos, o processo de coleta de informações, o universo pesquisado, o objetivo da ação, configurando a base metodológica da nossa investigação.

Na segunda parte, são apresentados alguns quadros e gráficos, representando os dados coletados na pesquisa empírica bem como a análise desses dados e as descrições e interpretações dos mesmos com embasamento teórico.

3.1 Algumas indicações sobre a pesquisa: com o foco nos estudantes do ensino médio das escolas pública de Florianópolis

A análise que se apresenta nessa seção foi baseada na apreciação das respostas obtidas através da aplicação de um questionário aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis, no intuito de obter as informações necessárias para atingir o objetivo da pesquisa sobre a divulgação do PAA da UFSC. As informações coletadas entre os meses de setembro e outubro de 2010 pretendem indicar sobre como ocorre a preparação para o acesso aos cursos de graduação.

O **objetivo** deste trabalho foi de identificar como as informações referentes ao acesso e a permanência nos cursos de graduação da UFSC chegam aos estudantes do ensino médio das escolas públicas de Florianópolis. Para tanto a metodologia utilizada nesta pesquisa foi a qualitativa, sendo as fontes de informação originais, coletadas pela própria autora, ou seja, as informações se constituem em fontes primárias.

Os **sujeitos participantes** foram estudantes que estavam cursando o último ano do ensino médio em duas escolas públicas localizadas na cidade de Florianópolis, com os quais foram aplicados um total de 43 questionários. A intencionalidade da investigação foi definir de que forma a divulgação sobre a política das ações afirmativas, desenvolvida pela UFSC, está chegando para estes estudantes no sentido de prepará-los para o acesso a universidade.

O processo de coleta de informações, como já explicitado, teve como instrumento escolhido a aplicação de questionário. A partir desse instrumento os estudantes puderam escrever suas necessidades reais, seus anseios, desejos e dúvidas referentes ao acesso no ensino superior, sendo que de acordo com sua vontade, o entrevistado poderá ou não se identificar.

O questionário é um instrumento de pesquisa, constituído por uma série ordenada de perguntas referentes ao tema de pesquisa. Quando o próprio pesquisador aplica pessoalmente o instrumento nos pesquisados, este é denominado de Formulário. Os questionários e formulários apresentam perguntas objetivas, muitas vezes com alternativas de respostas já codificadas, mas podem conter também algumas perguntas abertas (MARSIGLIA, 2006, p. 391-392).

O questionário foi aplicado nas escolas públicas de Florianópolis, localizadas nos bairros do Saco Grande e Vargem Grande, em duas turmas de 3º ano das seguintes escolas públicas: E.E.B. Professora Laura Lima; E.E.M. Jacó Anderle (antiga escola Jovem).

As escolas escolhidas para desenvolvimento da pesquisa deram-se pela experiência adquirida durante o período de realização do estágio curricular obrigatório I e II, pois, foi possível identificar quais escolas sentiam maior necessidade de receber informações. A escolha dos locais para aplicação do questionário considerou fatos evidenciados e observados, nas instituições mencionadas a cima, em visita anterior para divulgação do material referente ao curso Pré-Vestibular da UFSC, despertando a vontade de apresentar o PAA, bem como aplicar o questionário. Essa necessidade surgiu em decorrência das instituições estarem afastadas do centro urbano da cidade, onde o acesso a informações não é tão facilitado aos estudantes.

Identifica-se que as escolas próximas ao centro da cidade de Florianópolis têm um acesso maior a esse tipo de informação, por isso a necessidade de procurar escolas em bairros distantes e próximas a comunidades vulneráveis. A intenção também foi de observar se a informação sobre o acesso ao ensino superior por meio do PAA está realmente abrangendo todo o universo escolar, pois, a política de ações afirmativas, é considerada uma política

pública, sendo assim, faz-se necessário avaliar se o objetivo e o público-alvo estão sendo efetivamente atingidos.

O questionário contemplou perguntas sobre o conhecimento do estudante a respeito da universidade, com enfoque em informações referentes ao vestibular, se o estudante pretende realizar vestibular no ano de 2010, em qual (is) universidade (s), qual curso escolheu, se pretende participar de algum curso pré-vestibular preparatório, entre outras perguntas. Essas primeiras questões são referentes ao conhecimento do aluno sobre a universidade e as demais têm o foco voltado para o objetivo da pesquisa e tratam sobre o PAA da UFSC, indagando se o aluno já tem conhecimento do programa; como conheceu o PAA; se o aluno encontra barreiras para fazer a prova do vestibular; se encontraria problemas, ou algum desconforto em realizar o vestibular optando pelo sistema de cotas; e se caso aprovado, quais programas de assistência estudantil julgaria necessário para sua permanência na UFSC.

Antes da ida às escolas, foi realizado um contato com o diretor de cada uma delas, onde foi explicitado o motivo da visita, que tipo de informações seriam repassadas aos estudantes e sobre a possibilidade de aplicação do questionário. Os diretores autorizaram a visita e informaram o melhor horário para ida até a escola.

A aplicação do questionário na primeira escola visitada a E.E.B. Professora Laura Lima, se deu de forma tranquila. A escola conta apenas com duas turmas de 3º ano, com aproximadamente 20 alunos no período da manhã, e a noite em torno de 10 alunos. O questionário foi aplicado na turma do período matutino. Na sala havia 14 alunos, sendo que 13 responderam a pesquisa, pois, um dos alunos não teve interesse em participar.

A segunda escola visitada a E.E.M. Jacó Anderle, foi no período noturno, em uma turma de 35 estudantes, sendo que estavam presentes 30 deles e todos se dispuseram a participar da pesquisa.

Primeiramente apresentou-se o PAA para os alunos e as possibilidades de inserção diferenciada a alunos de escolas públicas e pertencentes ao grupo racial negro, no vestibular da UFSC. Alguns alunos já tinham conhecimento sobre o Programa, enquanto que outros nunca tiveram contato.

Como no período da pesquisa nas escolas as inscrições do vestibular da UFSC ainda encontravam-se abertas, a oportunidade de fazer com que os alunos que ainda não tivessem feito sua inscrição, ou talvez nem estivessem pensando nisso, foi considerada como destaque na pesquisa, pois, as respostas referentes às intenções dos estudantes em relação ao vestibular puderam ser consideradas como reais, pela aproximação da data do processo seletivo do vestibular.

A receptividade dos alunos e do professor se deu de forma positiva, sendo que os alunos mostraram-se interessados em ouvir as informações sobre o Programa, assim como o professor que estava em sala de aula na primeira escola, destacou achar esse contato muito importante e talvez até decisivo para o futuro acadêmico dos estudantes de escolas públicas.

Para os estudantes responderem o questionário aplicado foi necessário aproximadamente 10 minutos nas duas escolas, e não houve nenhum questionamento sobre as perguntas feitas no instrumento.

Nessa primeira escola, a aplicação do questionário e das informações do PAA, foi feita pela autora da pesquisa e pelo acadêmico do curso de engenharia da UFSC, bolsista do Programa Conexões de Saberes, que complementou as informações referentes ao Programa, e apresentou um pouco de sua experiência de ingresso na UFSC através do PAA, estimulando os estudantes a conhecerem melhor o Programa, e também optarem por essa forma de ingresso.

Já na segunda escola, a abordagem foi feita novamente pela autora da pesquisa e pela acadêmica do curso de Relações Internacionais da UFSC, também bolsista do Programa Conexões de Saberes e ingressante na universidade através do PAA, que também relatou sua experiência como bolsista da UFSC, e como estudante ingressante pelo sistema de cotas.

O objetivo de desenvolver essa ação foi além da aplicação do questionário para desenvolvimento da pesquisa, mas também de levar as informações referentes ao PAA da UFSC ao seu público alvo, orientando esses estudantes, esclarecendo dúvidas, informando e auxiliando-os a ter segurança em decidir seu futuro. Nesse sentido, julga-se extremamente necessário trabalhar com estudantes de escolas públicas no intuito de ampliar sua visão quanto às possibilidades e oportunidades de ingressar no ensino superior, priorizando a informação, a orientação e a participação da sociedade para a efetiva viabilização de oportunidades democráticas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A ação de disseminar informação aos estudantes de ensino médio de escolas públicas, já existe dentro do PAA da UFSC, sendo realizada pela assistente social da Comissão e pelo grupo de estagiárias de Serviço Social, com a intenção de levar a esses estudantes informações e orientações que dizem respeito às oportunidades de acesso (Pré-Vestibular, isenção da taxa de inscrição do vestibular, e o ingresso pelo PAA) e as oportunidades de permanência na Universidade após a aprovação no processo seletivo.

O PAA da UFSC foi projetado para aumentar a presença na universidade de setores da sociedade brasileira em desvantagem social como estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, a partir de 2008. Nesse sentido, de acordo com a proposta do PAA para ampliação

do acesso a universidade, a divulgação do PAA para acesso e permanência na UFSC, é voltada para perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior, nesse processo destaca-se a preocupação com a divulgação nas escolas públicas e nos meios de comunicação para ampliar as formas de acesso.

Na preparação do acesso, focaliza-se a divulgação do Programa junto aos alunos e às direções das escolas de ensino médio públicas. Além desta iniciativa, há a expansão das vagas do Curso Pré-Vestibular gratuito oferecido pela UFSC, e a divulgação da isenção da taxa do vestibular, que também é apresentada aos estudantes de ensino médio.

A preparação para o acesso é uma das ações que norteia o PAA. Essa ação foi pensada na Comissão, pois, o estudante precisa saber sobre a existência do Programa, antes de prestar o vestibular. Além de que, a UFSC proporciona alguns outros benefícios aos futuros ingressantes, que precisam ser apresentados aos estudantes antes dos mesmos fazerem a inscrição para o vestibular, pois, tais benefícios podem até ser considerados com um fator decisivo para sua escolha.

Dentre esses benefícios está a solicitação do pedido de isenção da taxa de inscrição do vestibular. Inúmeros alunos deixam de fazer a prova do vestibular por não ter condições de efetuar o pagamento da taxa de inscrição. Essa possibilidade de solicitar isenção, apresentando documentos que comprovem que o estudante realmente não tem condições de pagar o valor da taxa, também é trabalhada pela Comissão do PAA, que visita escolas, encaminha documentos aos diretores dessas escolas informando o período de solicitação de isenção; vai até as salas de aula das escolas públicas para orientar os estudantes; tudo no intuito de fazer com que mais estudantes possam ser beneficiados pelo não pagamento da taxa de inscrição, e possam assim realizar a prova do vestibular.

A Resolução Normativa que estabelece o PAA na UFSC foi aprovada no ano de 2007, assim como a criação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA, nesse sentido, ainda no ano de 2007 a divulgação da taxa de isenção, e a inscrição através do programa, já foram realizadas pela Comissão para o vestibular de 2008 da UFSC.

Na tabela 1 destaca-se o aumento gradativo do número de isenções concedidas de 2007 a 2010.

Tabela 1- Total de isenções do vestibular da UFSC

ANO	ISENÇÕES REQUERIDAS	ISENÇÕES CONCEDIDAS	%
2007	3466	2631	76%
2008	3200	2564	80%
2009	3295	2813	85%
2010	2812	2492	89%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados coletados no site da COPERVE (2010).

Apesar do ano de 2007 indicar o maior número de isenções requeridas é no ano de 2010 que é maior a proporção entre isenções requeridas e isenções concedidas. O crescente aumento de concessões de isenções da taxa de inscrição no vestibular vem aumentando nos anos analisados, no entanto, chama a atenção a redução do número de requerimentos de isenção. Alguns fatores podem responder por esse declínio, aqui aponta-se dois dos principais fatores, o período de divulgação sobre essa taxa de isenção pela Comissão do Vestibular, que em geral ocorre com pouco espaço de tempo para que os candidatos providenciem a documentação necessária, e a pouca divulgação feita nas escolas.

Na Tabela 2 pode-se visualizar quantos candidatos contemplados pela isenção da taxa de inscrição do vestibular se inscreveram para prestar a prova e quantos desses inscritos foram classificados no vestibular.

Tabela 2 - Total de isentos do vestibular da UFSC

ANO	ISENTOS INSCRITOS	ISENTOS CLASSIFICADOS	%
2007	2443	212	9%
2008	2419	337	14%
2009	2499	423	17%
2010	2317	473	20%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados no site da COPERVE (2010).

Novamente se observa um aumento, no período dos quatro anos, em relação ao acesso de candidatos que optaram pela isenção da taxa da inscrição no vestibular ao ensino superior. Esta informação, apesar de não possuir análise na Comissão do Vestibular, pode estar associada ao aumento do número de candidatos aprovados que solicitaram a isenção incentivados pelo PAA e pelo Curso Pré-Vestibular, que também desenvolve o processo de divulgação dessa informação a seus alunos.

Já a Tabela 3 indica os dados sobre a procura da isenção da taxa da inscrição pelos candidatos que são o público-alvo das ações afirmativas.

Tabela 3- Total de candidatos isentos classificados no vestibular da UFSC optantes pelo PAA

ANO	CANDIDATOS AUTO DECLARADOS INDÍGENAS	CANDIDATOS AUTO DECLARADOS NEGROS	CANDIDATOS ORIUNDOS DE ESCOLA PÚBLICA
2008	1	146	1347
2009	7	322	2035
2010	4	257	1974
2011	1	240	1813

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos através do NPD da UFSC (2010).

Os números indicam uma oscilação dos candidatos classificados entre os quatro anos analisados, concentrando o maior número candidatos no ano de 2009.

Mesmo considerando o trabalho da Comissão do PAA no processo de divulgação das informações junto às escolas públicas da Grande Florianópolis nos últimos anos, indica-se que pelo número de solicitações de isenções, esse quadro não sofre significativos aumentos no que se refere às solicitações, oscilando a cada ano.

Porém, no que se refere ao número de candidatos isentos classificados, pode-se notar um aumento considerável. Isso se justifica pelo trabalho realizado referente ao PAA, pois, geralmente quem solicita isenção é o estudante de baixa renda, que na maior parte das vezes se inscreve através do PAA e acaba tendo maior chance de ser aprovado no processo seletivo, o que se pode observar quanto a quantidade de candidatos aprovados, que a cada ano vem aumentando.

Concomitante a ação desenvolvida pela pesquisadora nas escolas, a Comissão realiza esse processo de divulgação do PAA desde que foi instituída, e os resultados dessa divulgação já podem ser observados.

O Gráfico1 apresenta um comparativo do total de candidatos inscritos no Vestibular da UFSC, optantes pelos 20% das vagas destinadas à egressos de instituições de ensino público no período de 2008 a 2010.

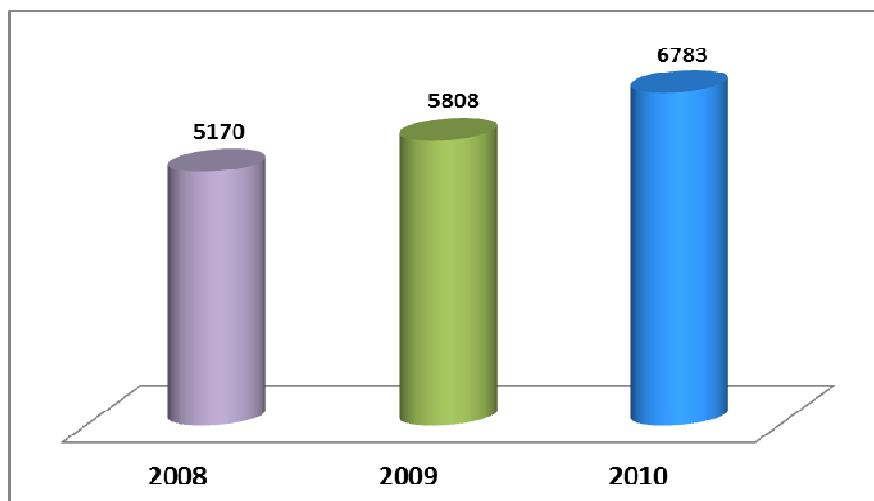


Gráfico 1 - Total de candidatos inscritos no Vestibular da UFSC optantes pelas vagas destinadas aos egressos de instituição de ensino público

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no site da Coperve (2010).

Nota-se que o número de candidatos inscritos no Vestibular da UFSC desde o ano de 2008, oriundos de escolas públicas, optantes pelo ingresso através do PAA, já teve um significativo aumento. Isso se deve após a divulgação que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PAA da UFSC vem fazendo junto aos estudantes de ensino médio das escolas públicas, na inscrição do vestibular, no curso Pré-Vestibular da UFSC e no universo escolar no geral.

A oportunidade de oferecer esse tipo de informações aos estudantes proporciona um contato direto entre a comunidade e a universidade, tornando-se um espaço propício para a divulgação das informações e orientações necessárias a sociedade. Sendo que, o contato com os estudantes de escola pública, ocasiona um momento de troca de conhecimento, de experiências, e de informações que são fundamentais nessa ocasião, onde muitos deles encontram-se preocupados com seu futuro tanto profissional como pessoal.

Nesse sentido, a seguir serão apresentadas as informações obtidas na pesquisa. A forma de explanação das informações coletadas consistirá na apresentação das perguntas do questionário e respectivamente a síntese das respostas obtidas, apresentadas na forma de tabelas e gráficos.

3.2 A preparação para o ingresso no vestibular

O primeiro questionamento foi direcionado a pretensão de realização do vestibular a partir da seguinte pergunta: Você pretende realizar vestibular esse ano? Do universo dos 43

estudantes pesquisados, 56% deles responderam que pretendem realizar vestibular no ano de 2010. Os outros 44% responderam que não. É recorrente que o estudante que termina o ensino médio em uma escola pública, geralmente não continua os estudos, ou seja, não almeja uma vaga no ensino superior. Muitos deles já trabalham e resta pouco tempo para se prepararem, outros acreditam que não tem oportunidade pela falta de preparação, e outra parcela não realizam porque não tem interesse.

O segundo questionamento se referiu sobre a escolha por uma universidade.

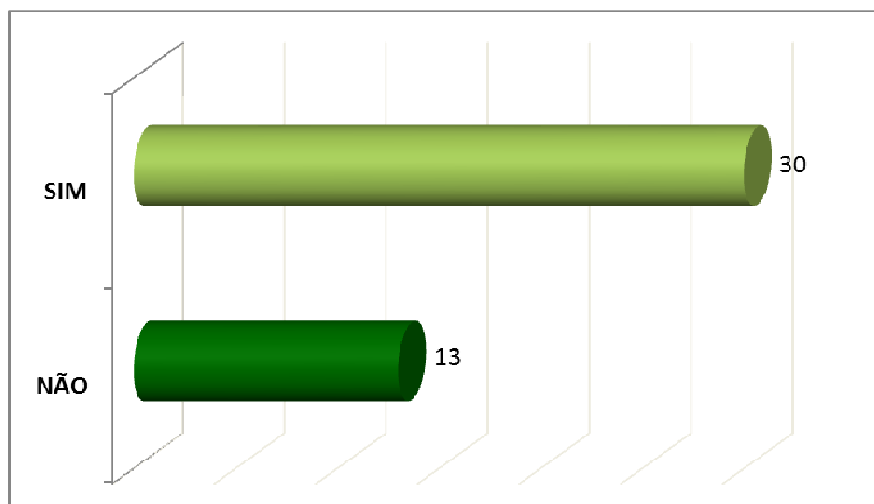


Gráfico 2 - Total de estudantes que já escolheram a instituição de ensino superior para realizar vestibular

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Com base nos dados acima apresentados, elucida-se que a maior parte dos estudantes pesquisados, já sabe para qual universidade irão prestar vestibular, mesmo que não pretendam realizá-lo ainda nesse ano.

O terceiro questionamento se refere a preferência por universidade pública ou particular. Do total de estudantes pesquisados, 41 deles responderam se tem ou não, preferência por prestar vestibular para uma universidade pública ou particular. Desse total, 34 responderam que pretendem prestar vestibular para uma universidade pública, e os outros 7 para universidade particular. Os estudantes que optaram por um ensino superior particular, podem não estar se sentindo preparados para disputar uma vaga numa universidade de ensino superior público, devido à concorrência e a deficiência que o ensino nas escolas públicas vem sofrendo nos últimos anos, conforme alguns estudantes destacaram na pesquisa, e que será abordado posteriormente.

A tendência mundial de crescente privatização da educação começa, gradualmente, no Brasil, a minar o caráter público das universidades federais e estaduais na medida em que os governos cortam e / ou reduzem o repasse de verbas, forçando-as a

adotarem formas alternativas de captação de recursos, em parte articuladas ao setor privado. Os problemas, daí decorrentes são a queda da qualidade do ensino e os limites à expansão e a democratização de acesso ao ensino superior (CASTRO, 2008, p. 247).

O quarto questionamento buscou identificar o conhecimento dos entrevistados sobre as universidades públicas situadas em Florianópolis.

Na identificação do entrevistado, foi feito um questionamento sobre sua cidade de procedência, do total do universo de estudantes que a pesquisa abrangeu, 8 deles não são naturais da cidade de Florianópolis, e são de locais como, por exemplo, como Lages, Manaus, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e outros locais. Mesmo sendo naturais dessa cidade, 88% dos entrevistados responderam que conhecem universidades públicas em Florianópolis e apenas 12% não, sendo que um dos estudantes não respondeu sobre o questionamento acima. Esse conhecimento e busca do estudante pela universidade pública se reflete no questionamento anterior, sendo que a maior parte deles prefere uma universidade de caráter público.

O Gráfico 3 apresenta sobre quais instituições de ensino superior foram indicadas no questionário.

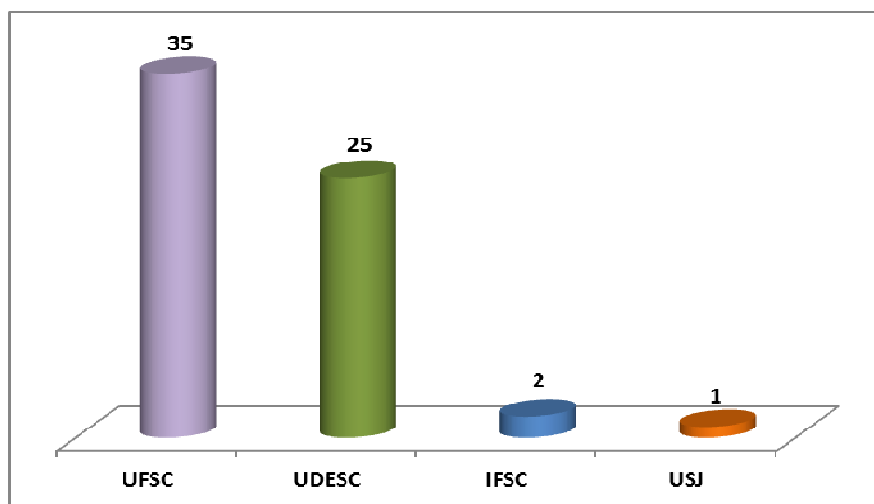


Gráfico 3 - Total de universidades públicas de Florianópolis que os estudantes pesquisados tem conhecimento
 Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis

Com base nos dados acima, a pesquisadora obteve 63 respostas sobre o conhecimento dos estudantes por alguma universidade pública em Florianópolis, sendo que, alguns dos entrevistados apresentaram mais de uma resposta. Destaca-se também, que um dos estudantes citou a Universidade de São José – USJ, mesmo não pertencendo à cidade de Florianópolis, que era o foco da pergunta, mas julga-se importante destacar, pois, pode-se notar que existe

um interesse do aluno de ensino médio em buscar mais opções para ingressar no ensino superior.

Em relação ao questionamento sobre qual curso o estudante pretende fazer no ensino superior, alguns dos estudantes chegaram a apresentar mais de uma opção de curso e 3 deles não responderam a essa pergunta.

Para identificação dos cursos, realizou-se duas tabelas, uma com os cursos optados pela realização na UFSC, e a segunda com cursos de outras instituições de ensino.

Tabela 4 - Cursos de ensino superior indicados pelos estudantes de escolas públicas pesquisados

OPÇÃO POR CURSOS DA UFSC	
ADMINISTRAÇÃO	5
AGRONOMIA	2
ARQUITETURA	1
ARQUIVOLOGIA	1
BIBLIOTECONOMIA	1
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3
DESIGNER	3
DIREITO	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	2
ENFERMAGEM	2
ENGENHARIA CIVIL	2
ENGENHARIA ELÉTRICA	1
ENGENHARIA MECÂNICA	1
FONOAUDIOLOGIA	2
MEDICINA	2
NUTRIÇÃO	1
ODONTOLOGIA	1
PEDAGÓGIA	1
QUÍMICA	1
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1
ZOOTECNIA	2

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Tabela 5 - Cursos de ensino superior optados pelos estudantes de escolas públicas pesquisados.

CURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
MODA	2
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
FOTOGRAFIA	1
MÚSICA	1

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Um caso interessante a ser considerado e que não foi destacado nas tabelas acima, é que um dos alunos apresentou o interesse em realizar curso para Piloto Privado, o que não existe nas universidades aqui do Estado de Santa Catarina. Como não havia nenhuma pergunta solicitando que o aluno justificasse sua escolha, ficou o questionamento se o aluno pretendia seguir carreira na aeronáutica, ou se tinha interesse em ir para um outro Estado realizar esse curso.

Outro questionamento pretende indicar se os participantes já prestaram vestibulares.

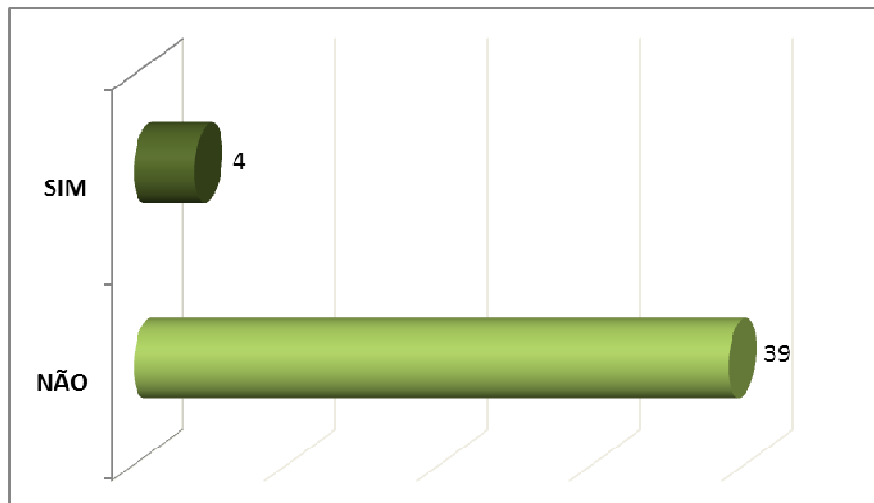


Gráfico 4 - Total de estudantes que já prestaram vestibular

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Todos os estudantes pesquisados responderam esse questionamento, no entanto, apenas 4 deles já haviam prestado prova de vestibular, provavelmente como experiência, pois, ainda estão cursando o 3º ano do ensino médio. Esse contato que o estudante tem com a universidade antes de realizar o vestibular de fato, é muito importante, pois, através dele pode-se ter uma idéia de como é essa prova, e saber se já estão preparados para esse grande passo que é o ensino superior.

Na sequência foram questionados sobre quantos vestibulares já prestaram e dos quatro estudantes que responderam que já haviam prestado vestibular, cada um deles prestou apenas uma vez. E deste total de quatro estudantes, três deles prestaram prova para UDESC e um para alguma universidade de ensino superior de caráter particular através do exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Também foram questionados se já participaram ou pretendem participar de algum curso pré-vestibular preparatório.

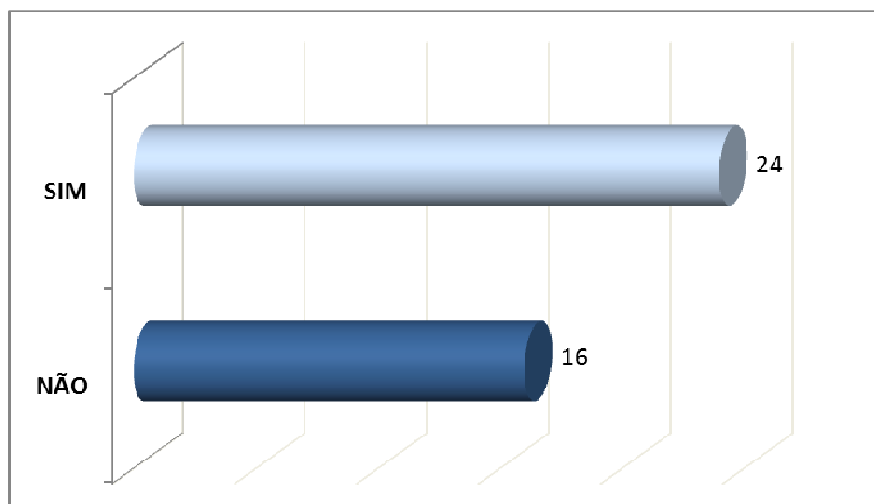


Gráfico 5 – Total de estudantes que pretendem participar de curso pré-vestibular

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Com base nos dados 40 estudantes responderam que pretendem participar ou já participam de algum curso pré-vestibular preparatório, sendo que, três deles não responderam. Os cursos pré-vestibulares ganham destaque entre os estudantes, pois, tem o objetivo de fazer rever o conteúdo aprendido ao longo da vida escolar para que, preparado, possa ser classificado nos tradicionalmente concorridos exames vestibulares.

No Brasil, as universidades não têm a capacidade de acolher todas as pessoas, apesar de ser um direito constitucional, o que ocasiona a concorrência e por sua vez a necessidade do estudante se preparar melhor para passar no vestibular. Parte daí a importância dos cursos pré-vestibulares que podem melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos, oferecendo revisão das matérias, além de revelar as principais dificuldades encontradas nos estudantes.

O Gráfico 6 ilustra sobre a escolha de qual curso pré-vestibular os participantes da pesquisa escolheriam.

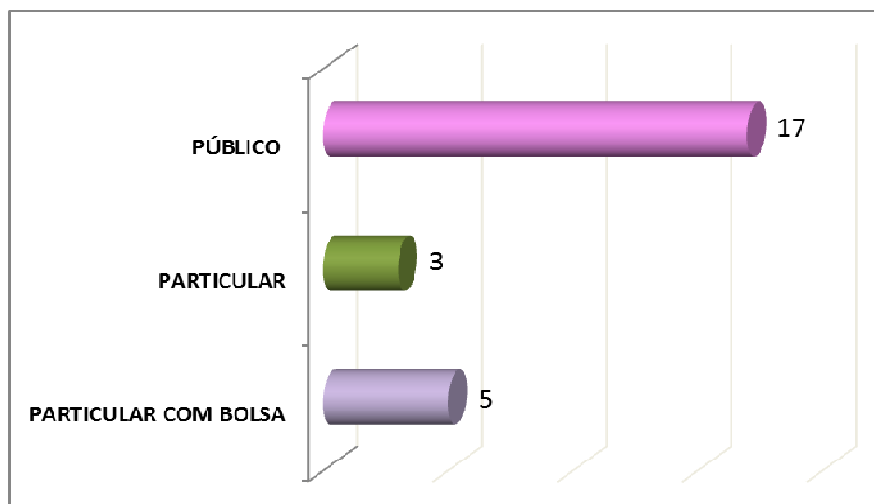


Gráfico 6 – Segmento de instituição mantedora de curso pré-vestibular escolhida pelos participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Os dados apresentados mostram que 25 alunos dos 43 entrevistados julgam necessária a realização de um curso pré-vestibular preparatório para conseguirem ingressar no ensino superior, sendo que 18 deles não se manifestaram sobre o questionamento. Do total de entrevistados, 17 estudantes pretendem realizar um pré-vestibular de caráter público, conhecidos como comunitários ou populares. Esses estudantes que indicaram o curso preparatório público, manifestaram seu interesse pelo Pré-Vestibular da UFSC, sendo que alguns deles destacaram já participar desse Pré-Vestibular. Outros 3 estudantes optaram por indicar a realização de um curso de caráter particular, e os outros 5 pretendem realizar um curso particular, porém, com bolsa.

Os pré-vestibulares comunitários ou populares existem para que injustiças possam ser superadas pela educação pública de qualidade e pela livre participação no conjunto da sociedade. Esses cursos comunitários ou populares são organizações específicas com o objetivo de preparar os alunos para o exame de vestibular, requisito que diversos alunos julgam necessário para o acesso ao ensino superior no Brasil. Com base no princípio da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, esses cursos buscam democratizar o acesso às universidades de negros e pessoas carentes, sendo que, atualmente encontram-se espalhados por vários estados e municípios brasileiros, como no caso da UFSC. Tais cursos estão surgindo em todo Brasil e tem se mostrado de grande importância, pois, além de preparar os alunos nas matérias tradicionais que são cobradas nas provas, também se caracterizam como um espaço propício para troca de informações e formação de opinião.

Quando questionados sobre a importância de realizar um curso pré-vestibular para a aprovação no vestibular os participantes indicaram entre duas opções: 1) importante para sua aprovação e 2) decisivo para sua aprovação.

Todos os estudantes pesquisados responderam o questionamento, sendo que 37 deles consideraram que um curso preparatório é importante para sua aprovação no vestibular, mas não julgam como decisivo. Outros 6 responderam que participar de um pré-vestibular é decisivo para ser aprovado no ensino superior. No caso, acredita-se que os estudantes só podem realmente definir a importância de um pré-vestibular depois de passarem por essa experiência, porém, julga-se que essa avaliação pode ser feita anteriormente a esse processo, pois, é através de um curso preparatório que o estudante sente segurança em fazer o vestibular, pelo fato de ter feito uma revisão do conteúdo, e ter destacado em quais disciplinas tem dificuldade para poder trabalhá-las mais.

Em seguida foram questionados sobre o conhecimento ou não do curso Pré-Vestibular da UFSC.

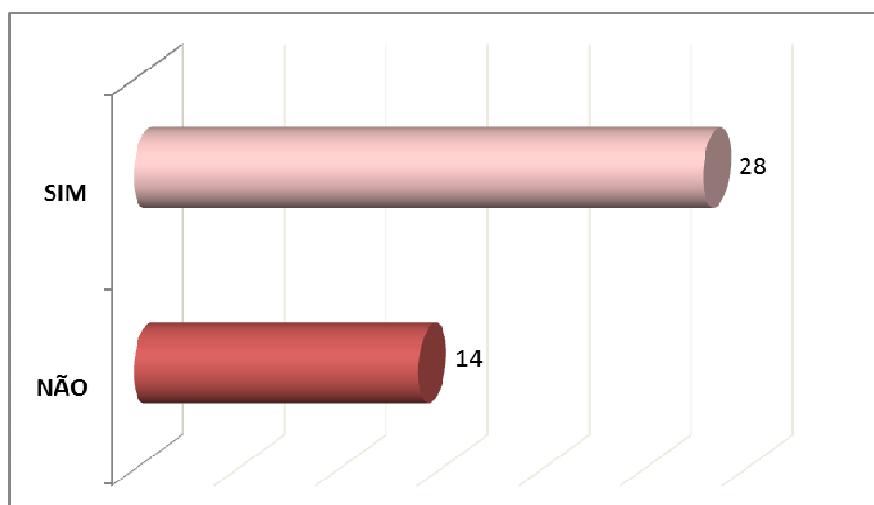


Gráfico 7 – Total de estudantes que conhecem o Pré-Vestibular da UFSC

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Com base nos dados acima, responderam esse questionamento 42 estudantes, sendo que apenas um deles não se manifestou sobre o conhecimento ou não do Pré-Vestibular popular da UFSC. Destaca-se que as referidas escolas onde a pesquisa foi aplicada, receberam através da Comissão do PAA o material informativo sobre o curso Pré-Vestibular da UFSC, que foi entregue na direção da escola que se comprometeu a repassar as informações aos alunos. Deste modo, é curioso que 28 deles tenham conhecimento sobre essa informação e 14 não, pois, já que as informações foram divulgadas na escola, todos os estudantes deveriam ter

conhecimento. Acredita-se que houve falha da direção da escola em repassar essas informações, já que em muitas das escolas que foram visitadas no intuito da divulgação do Pré-Vestibular da UFSC, os diretores ou pessoas da coordenação acharam melhor que não fosse passado nas salas de aulas para não interromper as aulas, mas se comprometeram em posteriormente apresentar esse material aos alunos.

Sobre o questionamento em relação ao estudante ter cursado todo o ensino fundamental e médio em instituição pública de ensino, 86% deles afirmaram ter cursado, e 16% que não, sendo que todos os alunos responderam a essa pergunta.

Os questionamentos a seguir, referem-se ao Programa de Ações Afirmativas, sendo que todas as perguntas são direcionadas para o conhecimento do aluno sobre a temática.

3.3 O Programa de Ações Afirmativas

O primeiro questionamento sobre esse bloco que perguntas se referiu ao conhecimento do Programa de Ações Afirmativas da UFSC (Sistema de cotas). No que diz respeito ao conhecimento dos estudantes sobre o PAA da UFSC, 22 deles afirmam conhecer e 21 não. De fato, a quantidade de estudantes que conhecem o Programa é maior que os que não conhecem, porém, destaca-se que em um universo de 43 estudantes, 21 é um número significativo de estudantes que ainda não tem a informação sobre uma política pública instituída e que pode beneficiá-los em relação no acesso ao ensino superior.

A crise das universidades públicas, como tema destacado nas pautas de discussões acadêmicas e políticas, expressa as precárias condições que, na prática, elas se encontram. Sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e técnicos-administrativos, de ampliação e reajuste das bolsas de seus estudantes, bem como da conservação e melhoria de sua infra-estrutura, as universidades se deparam também com uma limitação de ofertas de vagas em relação a faixa etária da população e, proporcionalmente, às conclusões de ensino médio. Como o ensino fundamental tende à universalização de acesso, e o ensino médio, por sua vez, vive um promissor processo de expansão de matrículas e conclusões, há uma barreira concreta de inserção, no ensino superior público, das camadas mais desfavorecidas da população, já que, nesse nível de ensino, o setor privado predomina (CASTRO, 2008, p. 247).

Entende-se que a política de cotas apesar das polêmicas que as envolvem, “ganham certa legitimidade com a percepção de que as medidas clássicas, a cargo do estado, de combate à discriminação são eficazes” (CASTRO, 2008, p. 248). Nesse sentido, é papel da universidade expandir e democratizar o acesso ao ensino superior, garantindo a

heterogeneidade e a diversificação de seus quadros, já que a desigualdade por sua vez, tende a gerar outras formas de desigualdade, como raça, cor, gênero, “acentuando as já sérias dificuldades de inúmeros grupos e segmentos sociais” (CASTRO, 2008, 249).

As diversas formas de desigualdade que atingem os jovens [...] colocam para a universidade pública um desafio que ela, apenas com as cotas, não pode enfrentar. A grave situação requer uma Política Pública Educacional, que além de enfrentar os problemas dos níveis de ensino fundamental e médio, resgate a importância do papel da universidade na formação de uma sociedade democrática e igualitária. Mas quais são, hoje, as condições concretas para que esta política Pública se estabeleça, se a tendência é de um crescente processo de privatização e desqualificação do ensino? (CASTRO, 2008, p. 249).

Nesse universo de desigualdades educacionais, de polêmicas sobre a política de cotas, e da forma que a referida política insere os estudantes na universidade, conclui-se que as cotas acionam mecanismos de apoio aos mais carentes e discriminados, porém, não rompem com as estruturas que reproduzem as desigualdades, mas atuam como mecanismo de inserção dos mais necessitados, no sentido dos que almejam o acesso.

A partir dessa análise, destaca-se que o conhecimento dos alunos sobre o Programa é de suma importância, pois, é através dele que esses estudantes de origem popular, oriundos de escolas públicas, podem ter a oportunidade de ingressar no ensino superior, sendo que a maioria deles se enquadra nos requisitos para optarem por essa forma de acesso.

O Gráfico 8 ilustra sobre como os participantes da pesquisa conheceram o PAA da UFSC.

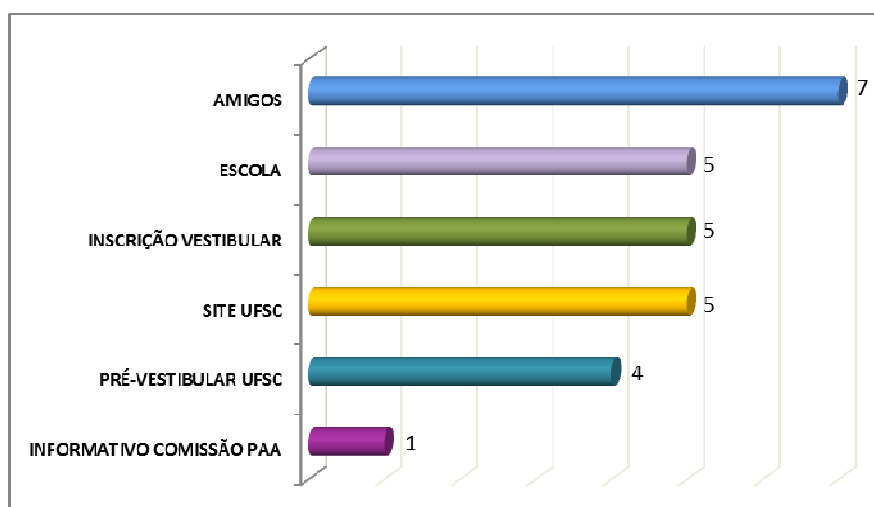


Gráfico 8 – Fonte de informação pela qual os participantes conheceram o PAA da UFSC.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

No que diz respeito ao acesso às informações que os estudantes possuem sobre o Programa, nem todos os estudantes responderam a essa pergunta, sendo que os que se manifestaram chegaram a descrever mais de uma forma de onde obteve conhecimento do PAA. Com base nos dados obtidos, foram apresentadas 27 formas de como se deu o conhecimento pelo PAA da UFSC, sendo que essas formas de conhecimento se apresentaram de diversas maneiras, como se pode observar nos resultados acima apresentados.

Elucida-se que, de acordo com o que prevê a Resolução Normativa que trata do PAA, a Comissão deve fazer essa divulgação junto às escolas e nos ambientes onde os estudantes frequentam. Assim, destaca-se que existe ainda uma “deficiência” nessa divulgação, pois, os estudantes deveriam ter destacado em maior número, a obtenção desse contato nas escolas.

O debate complexo sobre as políticas de cotas agrega múltiplas questões, devendo ser aprofundado para não se cair no reducionismo de se taxar de atrasada ou avançada a posição de ser a favor ou contrário a tais políticas. Este debate se acirrou com Manifestos de intelectuais e integrantes de movimentos sociais contrários e a favor da Lei federal de Cotas e do manifesto da Igualdade Racial (CASTRO, 2008, p. 251).

Acredita-se que o debate deve ser levado para as escolas, para as salas de aula, internet, palestras e nos universos onde os estudantes possam ter acesso a essas informações, sendo que esse debate já existe, e pode ser identificado entre os estudantes, portanto a ampliação dessa temática é necessária para que as ações afirmativas cheguem de forma igualitária a todos que dela necessitam.

Do universo de estudantes pesquisados, um total de 29 respondeu se a existência do PAA estimulou a escolha. Afirmaram nove estudantes que conhecer o PAA, fez com que sua escolha em prestar vestibular fosse estimulada pelo conhecimento do Programa, pois, é de conhecimento desses alunos que as ações afirmativas podem ser mecanismos de inserção no ensino superior sem discriminar raça, cor, ou condição social. Outros 20 pesquisados destacaram que o conhecer o PAA não influenciou em sua escolha por prestar o vestibular, isso se deve ao fato de que o interesse do estudante em prestar prova para inserção no ensino superior já havia sido despertado, e talvez considere que o PAA possa facilitar seu acesso, porém, não julga esse mecanismo como principal estímulo da sua escolha.

Com relação ao questionamento sobre se o primeiro contato com o Programa influenciou seu interesse pelo Vestibular da UFSC, alguns dos alunos indicaram que o interesse ocorreu através de amigos, professores, visitas na escola, e etc., e para outros estava acontecendo no momento da pesquisa, onde a pesquisadora apresentou o Programa e seus

benefícios. Doze deles responderam que conhecer o PAA, influenciou sua decisão em prestar a prova do vestibular, pois, muitos ficaram sabendo que podem ser beneficiados na forma de ingresso por terem cursado todo o ensino fundamental e médio em escola pública, se enquadrando no perfil de inserção através do sistema de cotas para alunos oriundos de escolas públicas. Já outros 16 estudantes, afirmam que esse contato não influenciou seu interesse, sendo que não destacam ter a necessidade de ingresso através do Programa.

O Gráfico 9 aponta as respostas sobre o conhecimento dos participantes sobre a isenção da taxa do Vestibular da UFSC.

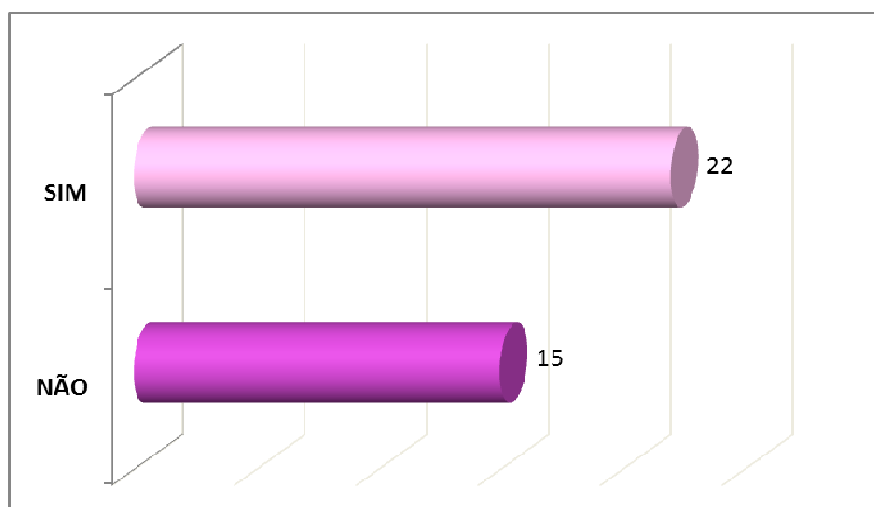


Gráfico 9 – Total de estudantes que tem conhecimento sobre a isenção da taxa de inscrição do vestibular
Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Para o estudante que irá realizar a prova do vestibular, o problema nem sempre é apenas a pressão psicológica para ser aprovado, algumas vezes o gasto com o pagamento da taxa de inscrição, chega a ser um fator decisivo para o estudante prestar ou não a prova. Todos os fatores são levados em conta, a taxa do vestibular, o gasto com material didático para estudo, com transporte até o local onde irá prestar a prova, e quando o aluno começa a pensar em todos esses gastos, as vezes percebe que essas despesas já ultrapassaram os limites do orçamento. É então nesse cenário que destaca-se a importância da possibilidade de solicitação de pedido de isenção que a UFSC disponibiliza os candidatos através de edital, sendo que os interessados em participar desse processo, devem comprovar através de uma série de documentos solicitados, que não possuem condições para pagar a taxa de inscrição, caso contemplado o vestibulando não terá essa despesa.

Com base na importância destacada para o pagamento ou não da taxa de inscrição do vestibular, foi questionado ao universo pesquisado sobre o conhecimento da isenção da taxa

de inscrição. Dos 37 estudantes que responderam 22 destacaram saber o que significa a isenção, os outros 15 afirmaram não ter conhecimento.

Como resultado a partir desse levantamento de dados, avalia-se que a divulgação referente à isenção já atingiu um nível maior em relação ao estudante que já obteve o conhecimento, sob o que ainda não tem, porém, esse número ainda não é relevante, devendo atingir a todos.

Essa ampliação da informação, deve ser melhor avaliada pela Comissão, pois, é através desse mecanismo que as ações referentes ao Programa podem chegar de uma forma mais ampla e acessível a todos os estudantes.

Sobre o questionamento de como avalia a divulgação do PAA da UFSC, não havia respostas pré-estabelecidas, então, o estudante poderia escrever de forma aberta, como avalia a divulgação do Programa. Sendo que, apenas um total de 16 estudantes avaliou a forma como vê a divulgação do PAA, desse total, foram obtidas diversas respostas.

Em uma das avaliações, foi apresentado que o Programa é acessível a todos; Outras três avaliações destacam que o PAA poderia ser melhor divulgado; Dois dos estudantes, destacaram a importância do PAA, justificando que é através dele, que se possibilita integrar mais negros, indígenas e pessoas de escola pública na universidade; Dois estudantes julgaram a divulgação como completa, e que não deixou nenhuma dúvida (a análise desses dois estudantes referia-se a avaliação da divulgação que haviam acabado de receber através da explanação do PAA que a autora da pesquisa havia feito); Um dos estudantes avaliou a divulgação apenas como boa; Já outros dois, fizeram a observação de que além de terem achado muito boa a divulgação, o PAA apresenta mais chances do estudante ser aprovado; Ainda dois dos pesquisados, consideraram a divulgação como ótima; Na resposta de mais dois estudantes, observa-se insatisfação em relação a divulgação do PAA, sendo que consideram como ruim, pois, muitos não participam devido ao desconhecimento das exigências e a péssima divulgação nas escolas; Outra insatisfação parte de mais dois estudantes que avaliam o programa como pouco divulgado.

Vale considerar que a maior parte dos que responderam ao questionamento se encontram satisfeitos com a divulgação, sendo que até destacaram a importância do Programa. A outra parcela dos estudantes apresenta insatisfação, pois, acreditam que a divulgação do PAA poderia ser melhor trabalhada no universo estudantil.

O Gráfico 10 apresenta as respostas referente ao total de estudantes entrevistados que afirmaram optar pelo o sistema de cotas para realização do vestibular.

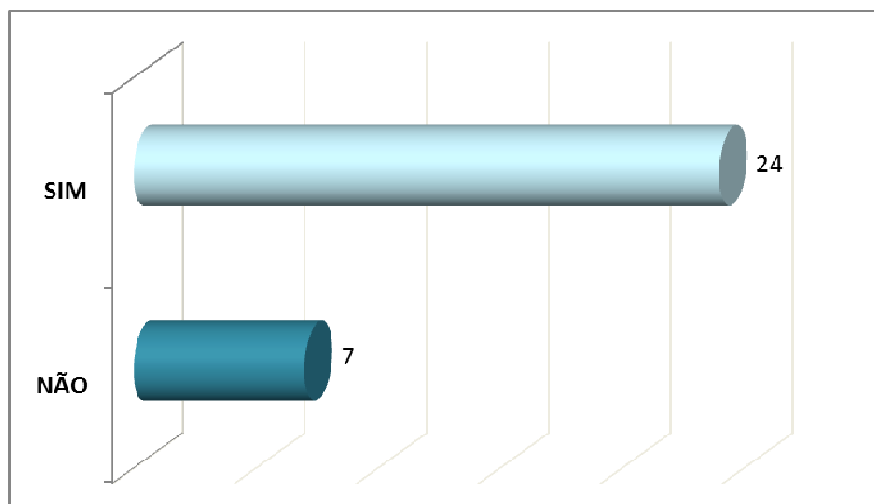


Gráfico 10 – Total de estudantes que realizariam o vestibular optando pelo sistema de cotas

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Em relação ao questionamento feito aos estudantes sobre a realização ou não do vestibular optando pelo sistema de cotas da UFSC, 24 deles responderam que realizariam a prova optando pelo PAA, os outros 7 afirmaram que não, sendo que, 31 estudantes responderam.

Um fato interessante a ser destacado nessa análise é que somente 24 estudantes afirmaram que optariam pelo ingresso através do PAA. Esse resultado chama a atenção, pois, em um questionamento anterior onde se perguntou se o estudante cursou todas as séries do ensino fundamental e médio em instituição pública, 86% deles afirmaram que sim, então, o fato curioso é que se a maioria deles, que abrange um total de 36 estudantes, se enquadra no perfil do PAA, porque esses estudantes mesmo sabendo que poderiam optar por ingressar através do Programa, não optam por essa escolha?

O tempo curto da pesquisa, e a percepção desses dados somente na hora de avaliação dos questionários, não possibilitou a pesquisadora espaço para tratar e desenvolver esse instrumento. No entanto a dúvida sobre essa temática ficou pendente, pois, leva ao questionamento do porque do estudante não se interessar pelo Programa.

O Gráfico 11 apresenta as respostas referentes à quais dificuldades ou barreiras encontra para fazer a prova do Vestibular.

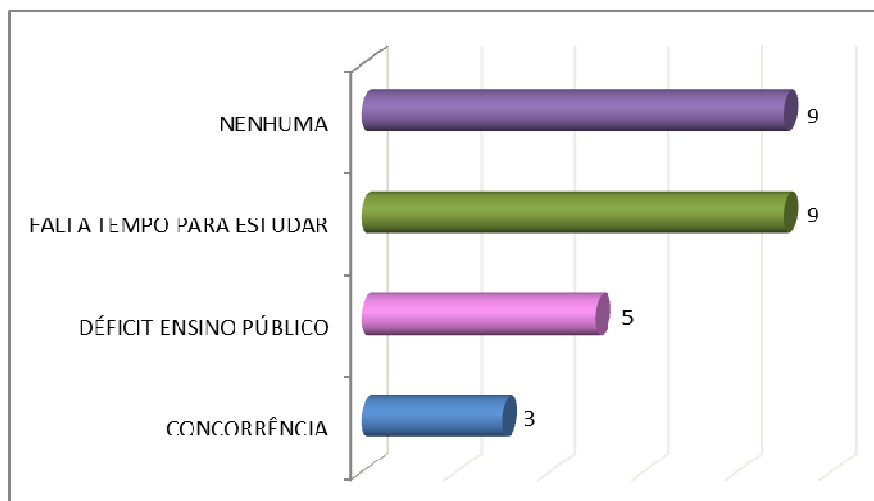


Gráfico 11 – Análise das dificuldades e barreiras encontradas pelos pesquisados para realização do vestibular
 Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Foi questionado aos estudantes sobre as dificuldades ou barreiras que eles apresentam para prestar a prova do vestibular, o caráter do questionamento era aberto, podendo o estudante manifestar sua opinião através de suas próprias palavras.

Aproximadamente 18% dos pesquisados não responderam, portanto em meio a todas as respostas, observou-se que as mesmas não variam, e que apenas quatro dificuldades foram apresentadas, sendo que, uma delas é positiva, pois, 9 estudantes afirmaram não encontrar nenhuma dificuldade para realizar a prova, o que pode ser considerado com ponto positivo na análise.

Alguns estudantes destacaram a falta de tempo para estudar, o que se pode considerar como negativo para o processo de inserção desse estudante no ensino superior, pois, pouco tempo para estudar os conteúdos prejudica o aluno em relação aos demais estudantes que em muitos casos tem dedicação exclusiva para o estudo. Outros 5 estudantes destacaram como barreira o déficit da educação pública brasileira que já vem sendo destacado em outros questionamentos.

No entanto, embora imprescindível, não podemos perder de vista a dimensão pontual da Política de Assistência ao estudante universitário no âmbito dos graves problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, com ênfase nos níveis fundamental e médio. A própria Política de Ação Afirmativa melhor responderia às suas metas, se integrasse uma Política Pública de Educação que visasse à reorganização dos ensinos fundamental e médio. Para tratar de problemas estruturais, deveríamos ter políticas estruturais com raios de ação de mais longo alcance (CASTRO, 2008, p. 255).

Com base nesses dados avalia-se que o PAA é sim um mecanismo de inserção dos segmentos excluídos da sociedade no ensino superior, porém sozinho não resolve os problemas relacionados à educação, sendo que, é necessário políticas públicas e sociais que tratam da parte estruturante da educação, preparando o estudante desde as séries iniciais.

Outro questionamento se referiu sobre caso seja aprovado no Vestibular da UFSC, quais os programas de assistência estudantil julgaria necessário para a sua permanência na UFSC.

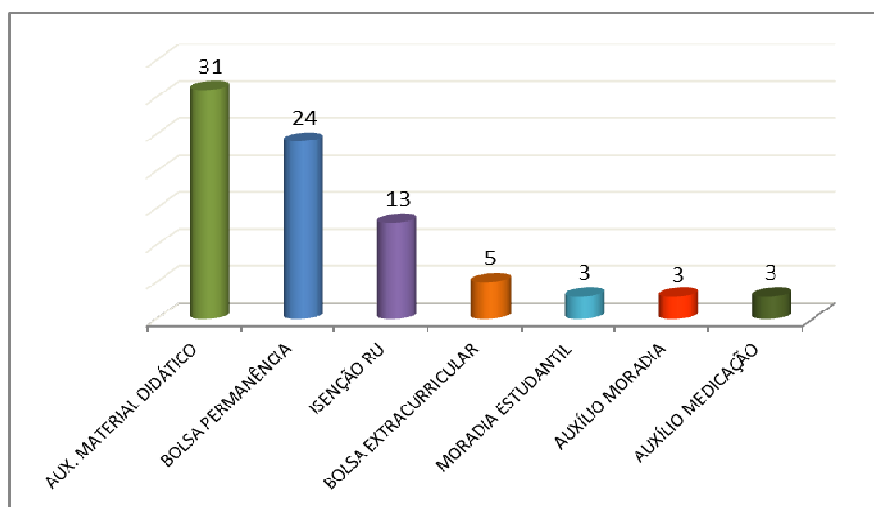


Gráfico 12 – Quais programas de assistência os estudantes pesquisados julgam necessários para sua permanência na UFSC

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

No que diz respeito às dificuldades que os estudantes julgam enfrentar após ingressarem na universidade, foi disponibilizado no questionário alguns dos principais programas de assistência estudantil que a UFSC oferece, sendo que o estudante tinha a possibilidade de assinalar um, nenhum, ou todos os benefícios que achasse necessário. Alguns dos pesquisado não manifestaram interesse em nenhuma das opções, outros destacaram mais de um tipo de auxílio, totalizando 82 manifestações.

As políticas de Cotas, ao interferirem no acesso seletivo à universidade, acionam mecanismos de apoio aos mais carentes e discriminados, sem, no entanto, romper com estruturas que reproduzem as desigualdades. A resposta que estes segmentos e grupos sociais anseiam não é apenas o ingresso, mas a permanência na universidade. Para isso é necessário uma Política de Assistência aos estudantes de cotas com monitoramento e acompanhamento de suas trajetórias acadêmicas, auxiliando-os com bolsas de estudo, cursos suplementares, alojamento e alimentação. Seria o mínimo para que as cotas não resultem em meros arroubos políticos de caráter populista (CASTRO, 2008, P. 249).

As políticas de permanência não devem ser concebidas apenas para reduzir a taxa de evasão das universidades, mas devem servir de instrumento para qualificar a formação e a inserção dos alunos.

De acordo com Castro (2008, p. 252), para o aluno costista concluir seus cursos, há que se ultrapassar o caráter pontual da política de reserva de vagas, tornando-a um Política Pública de Estado que “englobe apoio academico, auxílio financeiro, apoio psicológico e infra-estrutura institucional que disponibilize alojamentos, restaurante universitário, laboratório de informatica e bibliotecas”.

Os alunos encontram dificuldades para adquirir os textos e comparecer à universidade todos os dias. Algumas vezes, eles têm que optar entre tirar cópias dos textos e comparecer às aulas todos os dias, ou aguardar para ver se o texto indicado pelo professor vai ser mesmo discutido em sala de aula. A bibliografia complementar é, assim, descartada por estes alunos, que se atêm apenas a alguns textos básicos da bibliografia obrigatória. E até para adquirir estes textos, há uma organização da turma para baratear os seus custos, xerocando-os a 0,50 fora da universidade. Outra alternativa é ter acesso aos livros na biblioteca, mas estes são em número insuficiente para atender a todos. As bolsas poderiam remediar esta situação, mas são muitas as queixas quanto a sua liberação tardia [...] os estudantes criam seus próprios mecanismos de defesa e estratégias para permanecer na universidade. As dificuldades de ordem emocional e financeira, numa relação direta entre si, afloram inseguranças e medos, que, dependendo da situação de cada um, irão determinar estratégias e encaminhamentos múltiplos e diferenciados. (CASTRO, 2008, p. 253).

A UFSC vem oferecendo assistência aos estudantes que necessitam de programas para sua permanência, como já detalhados em capítulo anterior, através de um cadastro socioeconômico aprovado junto a CoSS da PRAE. Nesse sentido, desca-se como de extrema importância que a universidade viabilize mecanismos para que esse aluno além de ter uma maior oportunidade referente as formas de acesso, também garanta sua permanência, evitando a evasão.

A Assistência Social deve promover e subsidiar, assim, um exercício cidadão de usufruir direitos assim como ampliá-los. Ela está presente em diferentes etapas no processo de inserção de alunos de cotas no ensino superior: há uma dimensão da assistência tanto na estruturação como no funcionamento da política de ação afirmativa. A própria política de ação afirmativa cruza-se com a política de assistência social ao efetivar medidas para promover o acesso de uma dada parcela de estudantes à universidade. No interior desta, a assistência social emerge no âmbito da política de atenção aos estudantes, que desdobra-se em ações sociais, políticas e econômicas (CASTRO, 2008, p. 256).

A boa trajetória acadêmica está intrinsecamente relacionada com uma oportunidade de permanência diferenciada, que possibilite ao estudante realizar seu curso de uma forma que possa aproveitá-lo sem se preocupar se vai ter condições ou não de se manter naquele espaço,

assim, julga-se de extrema importância essas políticas de permanência que a UFSC disponibiliza aos seus estudantes, voltadas não só para o interesse dos cotistas, mas da universidade e do conjunto da sociedade brasileira.

Por fim o Gráfico 13 indica se o participante tem contato/amizade com colegas que ingressaram na UFSC pelo Programa.

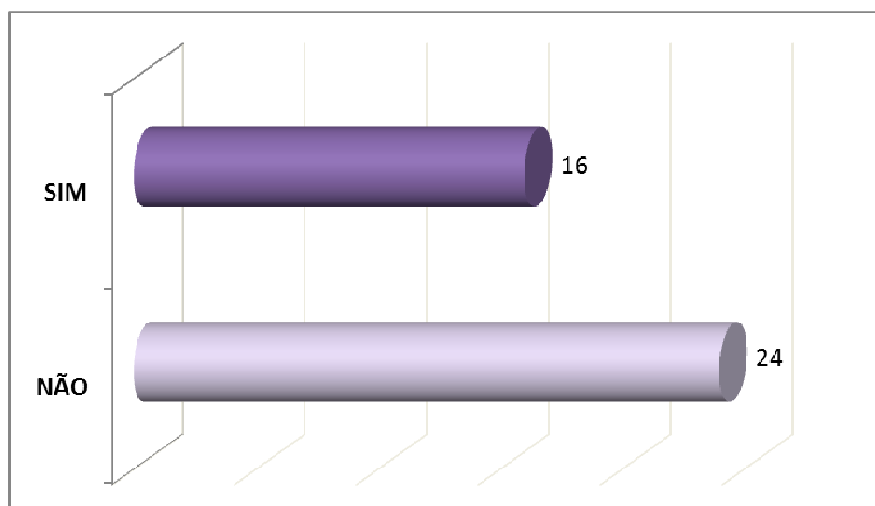


Gráfico 13 – Total de estudantes que contataram/amizaram com ingressantes pelo PAA

Fonte: Elaborado pela autora, com dados compilados dos questionários dirigidos aos estudantes de escolas públicas de Florianópolis.

Referente ao questionamento sobre ter contato/amizade com estudantes que ingressaram na universidade através do sistema de cotas, 40 dos pesquisados responderam, sendo que 16 afirmaram que sim, e os outros 24 que não.

De acordo com as análises feitas tendo como referência os posicionamentos dos estudantes em relação à preparação para o acesso aos cursos de graduação da UFSC, tema central da pesquisa, pode-se concluir que a referida temática já é de conhecimento dos estudantes de escolas públicas, público alvo dessas ações, e aos poucos estão se inserindo no debate escolar. Portanto, destaca-se que ainda não se atingiu o público total a que deveria se atingir. Nesse sentido, é através das ações de divulgação, informação e de uma ampliação do debate sobre as ações norteadas dessa política, que se encontra respaldada pela Resolução Normativa nº008/CUn/2007, que se poderá abranger um universo maior, desde que haja um maior comprometimento da instituição em divulgá-la e de fato prover meios para sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um curso superior em uma instituição pública não está acessível a todos os estudantes que concluem o ensino médio, principalmente, para os estudantes oriundos de escolas públicas, onde o retrato de sua realidade é a geração de alunos com precariedade no ensino, criando, assim, uma desvantagem para competir por vagas nas universidades públicas. A grande concorrência a enfrentar, o desinteresse e a falta de direcionamento e informação fazem com que muitos alunos nem almejem fazer um curso superior.

É a partir desse universo que este estudo apresentou como tema de pesquisa as contradições entre a crescente demanda para o ensino superior, por parte da população e as políticas de acesso e permanência no sistema de ensino público brasileiro. A demanda por vagas é, sem dúvida, uma questão no que diz respeito ao acesso ao ensino superior.

No Brasil, recentemente constata-se a implantação de programas dentro das universidades, objetivando a democratização do ensino superior. Todavia, o desafio de tornar mais justo o acesso ao ensino superior público requer medidas de lento amadurecimento e de significado mais profundo. É mais do que diversificar o acesso, é preciso criar condições de permanência. Como evitar que, após vencer a barreira do acesso, eles não venham a desistir frente à difícil permanência. A análise das dificuldades encontradas por estes estudantes para inserir-se no mundo acadêmico, é um caminho possível para contribuir com a superação das históricas desigualdades sociais e com a democratização do ensino superior público.

Portanto, esta pesquisa objetivou analisar se o PAA da UFSC tem contribuído com a democratização referente ao acesso dos estudantes de escolas públicas de Florianópolis. Destacando também, a atenção dada à viabilização de informações referentes à permanência desses estudantes no ensino superior.

A percepção acerca das dificuldades, anseios e aspirações encontradas pelos estudantes na trajetória acadêmica, influenciou o caráter qualitativo da pesquisa realizada junto a quarenta e três estudantes de duas escolas públicas de Florianópolis, através da aplicação de questionários. As respostas foram literalmente analisadas de acordo com a proposta de pesquisa.

Para análise da pesquisa foi necessário o embasamento anterior onde se aprofundou as principais formas de como se configura a Política de Ações Afirmativas de um modo geral, como são trabalhadas as ações norteadoras dessa política, qual o papel da Comissão de

Acompanhamento e Avaliação do PAA, como se dá à inserção da profissão de Serviço Social no Brasil e como este profissional se insere nessa política, para então, obter-se o conhecimento necessário no intuito de fazer as possíveis análises sobre a temática da pesquisa.

Destacando o conhecimento adquirido na elaboração deste trabalho e no período de realização de estágio na Comissão, avalia-se que a política de ações afirmativas vem se destacando na sociedade desde sua inserção como política pública instituída em decorrência de um crescente movimento de luta por direitos sociais, causando assim, um impacto na sociedade, pois, através dela abre-se um leque de polêmicas e embates, baseados na sua busca de exclusão do paradigma de corte de classe, renda e etnia e dando realce aos debates sobre a desigualdade racial e econômica no ensino superior.

Entretanto, mesmo com todos os posicionamentos contra e a favor da referida política, ela está institucionalmente instituída na UFSC, o que se remete a avaliar que por estar de fato em crescente debates e discussões, essa política precisa ser melhor debatida para que chegue ao conhecimento de todos, para que possam manifestar-se contra ou favor, através de um respaldo teórico sobre o tema.

Dizer que a ação afirmativa é tão somente o inverso da discriminação dos brancos contra os negros, é esquecer que enquanto as práticas discriminatórias tradicionais têm por objetivo a perpetuação da desigualdade, as políticas de ação afirmativa têm por finalidade sua redução. Fazer vista grossa dessa diferença de objetivo é equivalente a igualar o animus do envenenador ao do que disponibiliza seu antídoto (SELL, 2002, p. 80).

Um dos principais fatores que influenciaram o sucesso dos programas de ação afirmativa é sem dúvida, a existência de um consenso cada vez maior sobre a necessidade de políticas desse tipo. Sendo que implementá-las significa romper com a invisibilidade das demandas das comunidades e grupos excluídos. Entende-se que a necessidade de políticas públicas, está diretamente relacionada em contemplar aqueles que historicamente necessitam delas.

Destaca-se que a referida política ainda não atingiu o público total a qual se destina, pois, se tratando de uma política institucional, nesse caso da UFSC, necessita de mecanismos que garantam sua efetivação e aplicabilidade.

Através de todo tema abordado e em consonância com os resultados obtidos na pesquisa realizada com quarenta e três estudantes de escolas públicas, conclui-se que a divulgação referente a preparação para o acesso aos cursos de graduação da UFSC aponta

resultados que podem ser comprovados através dos dados que foram apresentados nesse trabalho.

Com o intuito de aplicar os questionários em escolas distantes do centro da cidade de Florianópolis, para verificar se realmente o PAA está abrangendo todo o universo escolar, e não apenas as escolas mais próximas do centro da cidade que geralmente tem privilégio e facilitação de acesso a informações, percebeu-se que as informações referentes tanto ao acesso como as oportunidades de permanência, não estão chegando como deveriam nessas escolas. Ainda falta uma maior preocupação em se abranger as ações a qual o Programa se propõe.

Portanto como sugestão após o período de análise da pesquisa, registra-se que a instituição UFSC, deve repensar os papéis dos profissionais dentro da Comissão, no sentido de ampliar esse quadro, e talvez inserir na Comissão do PAA, novos profissionais que atuem no sentido de ampliar esse campo de divulgação e informação. Pode-se pensar em um profissional que fique responsável somente por essa área, pois, como se observou no período de estágio, a Assistente Social inserida na Comissão, não pode trabalhar todas as ações norteadoras do Programa sozinha, sendo que além de atuar nas necessidades que o PAA vai apresentando a cada dia, também precisa sair a campo, atender estudantes, visitar os outros campi da UFSC onde também existe o Programa, visitar escolas, orientar os estagiários, além de diversas outras funções.

Assim, acredita-se que o PAA pode sim amenizar as desigualdades e injustiças que a sociedade vem acumulando ao longo dos anos, para isso é preciso que essas ações sejam efetivadas e que exista uma grande preocupação em fazê-las atingir todo seu público alvo.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. Ação Afirmativa: um modelo para o Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e Racismo – uma comparação Brasil – Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005. 3ª ed.
- BERGMANN, B. In defense of affirmative action. New York: BasicBooks, 1996.
- BOBBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade. Rio de Janeiro: Ediondo, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano nacional de qualificação do trabalhador: a experiência dos afro-brasileiros**. Brasília: TEM, SPPE/DEQP, 199/2000. 66p. (Série Cadernos Temáticos).
- _____. Ministério da Educação. Projeto de lei nº 3627/2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf. Acesso em: 13 out. 2010.
- _____. **Lei nº 8.662 de 08 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8662.htm. Acesso em: 13 out. 2010.
- BRASIL/SEPPPIR (2003). Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Seppir.
- CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo (SP): Cortez, 2008, p. 242 – 259.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Discriminação positiva, ação afirmativa: em busca da igualdade. Brasília: CFEMEA, 1995.
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, de 15 de Março de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acesso em: 07 nov. 2010.
- CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. In: Estudos Feministas. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p.209-220, 1996.
- CRESS/RJ. Trajetória o Serviço Social. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/servicosocial.php>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução de Luís Carlos Borges. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 1994.

GODINHO, Santiane. **O Serviço Social na Educação**, 2009. Disponível em: <<http://santianegodinho.com.br/blog/o-servico-social-na-educacao>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. *Seminário Internacional Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban*, organizado pelo Ministério da Educação e pela Câmara Federal, Brasília, 20 a 22 de setembro, 2005. Disponível em: < <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/>> Acesso em: 13 out. 2010.

HANDERSON, Joseph. **As ações afirmativas raciais na Universidade Pública como uma Política Social: Percepções de estudantes afro-brasileiros e brancos e propostas alternativas**. Dissertação de mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: UCPel, 2010, 124 f.

INÁCIO, Miriam, Oliveira. A discussão ética das ações afirmativas: problematizando o princípio da igualdade. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2002, p. 71-80.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p, 15 - 50.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília, fev.2002, p. 13-50.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino de 2.Grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

LAFFIN, Marcos. Curso pré-vestibular popular da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Educação e Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://pages.udesc.br/~forgrad/work/MarcosLaffin.ppt#262,2,EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL>>. Acesso em: 15 out. 2010.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço social no Brasil: ideologia de uma década.** São Paulo: Cortez Ed., 1982. 111p.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade.** Florianópolis: UFSC, 1980. 221p.

LIMA, T. C. S. *As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica.* Dissertação de Mestrado em pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2006.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia (org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

MARSIGLIA, Regina Maria G. Orientações básicas para a pesquisa. In: Mota... [et al.], (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p. 383-398.

MIRANDA, A. P. R. & CAVALCANTI, P. B. O Serviço Social e sua ética profissional. In: Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, nº 2, julho de 2005. ISSN – 1807 – 698X. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior, 2000. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Ação Afirmativa no Ensino Superior: Entre a Excelência e a Justiça Racial. Revista **Educação & Sociedade**, Campinas: v. 25, n. 88, p. 757-776, out. 2004.

MOURA, Carlos Alves; BARRETO, Jônatas Nunes. **A Fundação Cultural Palmares na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** Brasília: Fundação Cultural Palmares (FCP), 2002.

MUNANGA, K. O Anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República. 3. ed.** São Paulo: EDUSP, 2009. 341p.

NASCIMENTO, João. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social.** Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.com/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2010.

NETTO, J. P. La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea. BORGIANI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (Org.). *Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional.* São Paulo: Cortez, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, 2005. p. 271-296.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de Julho de 2007. Disponível em: <http://www.vestibular2010.ufsc.br/resolucao_acoes_afirmativas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

RODRIGUES, Viviane Maria. Trabalho docente e o serviço social: desafios à atuação profissional, 2009, 77f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTO, Anna Carolina Machado do Espírito. **O debate em torno do tema da possibilidade de adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras a partir de Ronald Dworkin.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Direito. Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu, 2008, 73 f.

SANTOS, H. et al. Políticas públicas para a população negra no Brasil. ONU, 1999. [Relatório ONU].

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas: elementos para uma rediscussão.** São Paulo: PUC, 1994. (Tese de Mestrado).

SELL, Sandro Cesar. Ação Afirmativa e Democracia Racial – Uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. 86p.

SERVIÇO SOCIAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Servi%C3%A7o_social&oldid=21856224>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SOUZA NETTO, F. E. de. A convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e o ordenamento jurídico brasileiro. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 634, 3 abr. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6488>>. Acesso em: 04 out. 2010.

SILVA, Itaneide Fernandes. A entrevista no atendimento à família em situação de conflito no SOF-Aparecida, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia, Belém.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (Org.). **Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares.** Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-reitoria de Extensão, 2006. 144 p. (Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes).

SILVA, P.B.G.; SILVÉRIO, V.R, (Org.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais, 2003. 270 p.

SCHWARTZMAN, Simon. **A questão da inclusão na universidade brasileira.** In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda, ARANHA, Antônia Vitória. (orgs.). Universidade pública e inclusão social: experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais.** Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

ZANDONA, Eunice Pereira. Trajetória escolar de jovens negros do Ensino Médio: desafios e Perspectivas, 2008, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT).

APÊNDICES

APÊNDICE 01 - Questionário de Entrevista

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA**ALUNOS ESCOLAS PÚBLICAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS****IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome: _____
- Ano de nascimento: _____
- Colégio: _____ Série: _____
- Cidade (procedência): _____ Estado: _____
- Telefone contato: _____ Celular: _____

PREPARAÇÃO PARA O INGRESSO NO VESTIBULAR:

- Você pretende realizar vestibular esse ano?
() sim () não
- Já escolheu em qual (is) universidade (s)?
() sim () não
- Tem preferência por universidade pública ou particular?
() pública () particular
- Conhece alguma universidade pública em Florianópolis?
() sim () não

Em caso da resposta ser sim:

- Quais?

- Qual Curso pretende fazer?

- Já prestou algum Vestibular?

() sim

() não

Em caso de resposta afirmativa:

- Quantos vestibulares você já prestou?

- Em quais Universidades?

- Você participa ou pretende participar de algum curso pré-vestibular preparatório?

() sim

() não

Em caso de resposta afirmativa:

Qual: _____

() Público

() Particular

() Particular com bolsa

- Você identifica que um curso preparatório é:

() Importante para sua aprovação

() Decisivo para sua aprovação

- Você conhece o Pré-Vestibular da UFSC?

() sim

() não

- Você cursou todas as séries do ensino fundamental e médio em escola pública?

() sim

() não

PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS:

- Você conhece o Programa de Ações Afirmativas da UFSC (Sistema de Cotas)?

() sim

() não

Em caso de resposta afirmativa:

- Como conheceu o Programa de Ações Afirmativas da UFSC?

- O conhecimento sobre a existência do Programa de Ações Afirmativas estimulou a escolha?

() sim

() não

- Esse primeiro contato com o Programa influenciou seu interesse pelo Vestibular da UFSC?

() sim

() não

- Você sabe o que é a isenção da taxa do Vestibular da UFSC?

() sim

() não

- Como avalia a divulgação do Programa de Ações Afirmativas na UFSC?

- Você faria o Vestibular utilizando o sistema de cotas?

() sim

() não

- Quais as dificuldades ou barreiras que você encontra para fazer a prova do Vestibular?

- Caso seja aprovado(a) no Vestibular da UFSC, qual(is) os programas de assistência estudantil julga necessário para a sua permanência na UFSC?

() Bolsa permanência

() Restaurante Universitário

() Auxílio Moradia

() Auxílio para xerox

() Moradia Estudantil

() Auxílio para Material Didático

☐ Bolsa extracurricular ☐ Auxílio Medicação

- Você tem contato/amizade com colegas que ingressaram na UFSC pelo Programa?

☐ sim

☐ não

ANEXOS

ANEXO 01 – Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007.

EMENTA: CRIA O "PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS" DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando:

- 1) a autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade, por força do disposto no art. 207 da Constituição Federal;
- 2) a missão institucional da Universidade que se pauta pela perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida;
- 3) a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à Universidade Pública com diversidade socioeconômica e étnico-racial como compromisso de uma instituição social, pública, plural e de natureza laica; e,
- 4) o que deliberou este Conselho em sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº 007/CUn/2007, constante do Processo n.º 23080.008762/2007-91, **RESOLVE**,

Criar o "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade Federal de Santa Catarina que se regerá pelas disposições constantes desta Resolução Normativa.

TÍTULO I DA NATUREZA, FINALIDADE E VINCULAÇÃO

Art. 1º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade.

Art. 2º O "Programa de Ações Afirmativas" da Universidade a que se refere o artigo anterior destina-se aos estudantes que:

- I** – tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituição de ensino pública;
- II** – pertençam ao grupo racial negro, na forma prevista nesta Resolução Normativa;
- III** – pertençam aos povos indígenas.

Art. 3º O "Programa de Ações Afirmativas" ficará vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

TÍTULO II DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º As ações orientadoras do "Programa de Ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, a serem implementadas pela Universidade, são as seguintes:

- I** – preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade;

- II** – acesso aos cursos de graduação da Universidade;
- III** – acompanhamento e permanência do aluno na Universidade;
- IV** – acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade;
- V** – ampliação de vagas nos cursos de graduação;
- VI** – criação de cursos de graduação noturno.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA PREPARAÇÃO PARA O ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º As ações afirmativas de preparação para o acesso aos Cursos de Graduação da Universidade a que se refere o inciso I do artigo 4º, são as seguintes:

- I** – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior;
- II** – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas.
- III** – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- IV** – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 6º Para a implementação da ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação da Universidade, a que se refere o inciso II do art. 4º, será destinado 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas da seguinte forma:

- I** – 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;
- II** – 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

§ 1º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

§ 2º Os candidatos que optarem pelo "Programa de Ações Afirmativas" também concorrerão às vagas pela classificação geral.

§ 3º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso I deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes serão ocupadas por candidatos da classificação geral.

§ 4º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso II deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar.

§ 5º Caso as vagas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior não venham a ser preenchidas por candidatos auto declarados negros, oriundos de outro percurso escolar, poderão ser ocupadas por candidatos da classificação geral.

Art. 7º Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso I do art. 6º deverão comprovar, no ato de matrícula, que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino.

Art. 8º Os candidatos classificados no vestibular para as vagas a que se refere o inciso II do art. 6º deverão possuir fenótipos que os caracterizem na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro.

§ 1º A comprovação da condição de pertencente ao grupo racial negro dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

§ 2º Os candidatos auto declarados negros classificados poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

Art. 9º Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular.

§ 1º As vagas a que se refere o caput deste artigo serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

§ 2º O número de vagas a que se refere o parágrafo anterior será alterado, a cada ano, mediante a criação de uma nova vaga, até perfazer o total de 10 vagas em 2013.

§ 3º Os candidatos a que se refere este artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular.

Art. 10. Os candidatos pertencentes aos povos indígenas que optarem por concorrer a uma vaga na forma prevista no art. 9º, deverão preencher o formulário de inscrição ao vestibular contendo informações quanto:

- I – ao grupo indígena a que pertence;
- II – à sua situação lingüística;
- III – à descrição da sua história de vida;
- IV – às expectativas em relação ao curso que deseja frequentar.

Parágrafo único. A declaração a que se refere o inciso I dar-se-á no ato de matrícula, mediante o preenchimento de declaração que será assinada pelo candidato.

Art. 11. Os candidatos declarados indígenas classificados no vestibular poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional criada na forma prevista nesta Resolução Normativa, que decidirá se atendem aos requisitos estabelecidos para a modalidade de vaga para a qual optaram.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO E PERMANENCIA NA UNIVERSIDADE

Art. 12. As ações afirmativas de acompanhamento e permanência do aluno ingressante na Universidade de que trata o inciso III do artigo 4º, são as seguintes:

I – apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados para conteúdos e habilidades necessários ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;

II – apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a:

a) criação, reestruturação e ampliação de programas já existentes na Universidade;

b) utilização de bolsas acadêmicas oriundas de modelos já existentes e de programas ou iniciativas federais, estaduais ou municipais para este público alvo;

c) celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência na Universidade;

III – atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista e solidária na Universidade.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACOMPANHAMENTO DA INSERÇÃO SÓCIOPROFISSIONAL DOS ALUNOS EGRESSOS DA UNIVERSIDADE

Art. 13. As ações afirmativas de acompanhamento da inserção sócio-profissional dos alunos egressos da Universidade que aderiram ao "Programa de Ações Afirmativas" serão efetuadas mediante a criação de um banco de dados com informações atualizadas desses alunos.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para os fins de acompanhamento das ações afirmativas do "Programa de ações Afirmativas" de que trata esta Resolução Normativa, será constituída uma comissão institucional que deverá proceder à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados.

Parágrafo único. A comissão a que se refere este artigo, constituída por professores efetivos da Universidade e representantes discentes indicados pelo DCE, será designada pelo Reitor.

Art. 15. As disposições desta Resolução Normativa aplicar-se-ão, no que couber aos demais alunos dos cursos de graduação da Universidade.

Art. 16. As ações afirmativas de que trata esta Resolução Normativa serão implementados para o ano letivo de 2008.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação.

Art. 18. Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação no Boletim Oficial da UFSC.